



2 Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se para  
3 Assembleia Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental –  
4 CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º  
5 andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes,  
6 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na  
7 presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (Titular),  
8 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente),  
9 **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia Hochwart  
10 (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**;  
11 Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito - GP**; Gabriel Zunazzi  
12 Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**  
13 **– SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de**  
14 **Desenvolvimento Econômico – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria**  
15 **Municipal de Relações Institucionais – SMRI. CONSELHEIROS NÃO**  
16 **GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal**  
17 **do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira**  
18 **de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação**  
19 **Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Claudete Aires Simas (Titular),  
20 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Luiz Brum (Titular),  
21 **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Mark Ramos Kuschick  
22 (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**; Vinícius Vieira  
23 de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; e Rafael  
24 Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS.**  
25 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de**  
26 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de**  
27 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de**  
28 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região**  
29 **de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e  
30 Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**;  
31 Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson  
32 Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade,**  
33 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP.**  
34 **SECRETARIA EXECUTIVA**: Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da**  
35 **SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro,  
36 **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. CONVIDADOS**: Ada Raquel Doederlein  
37 **Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. PAUTA**: 1.  
38 **Abertura**; 2. **Votação da Ata nº 2771/2018**; 3. **Ordem do Dia**; 4. **Comunicações**: 4.1.  
39 **Apresentação da proposta de revisão do Regimento Interno pela presidência e**  
40 **entrega de emendas. (Todas as emendas deverão ser entregues à presidência até o**  
41 **término da reunião do dia 07/08/2018).** Após assinatura da lista de presenças o Senhor  
42 Presidente deu início aos trabalhos às 14h20min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes,**  
43 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Boa tarde  
44 aos colegas, conselheiros, sejam bem-vindos ao Conselho. Dando início à nossa reunião  
45 ordinária, está aberta a reunião. **ITEM 2: Votação da Ata nº 2771/2018.** Então, a votação  
46 da ata passada, da Ata nº 2171/2018. Como é de praxe, em relação à ata costumamos  
47 fazer a deliberação de aprovação por aclamação. Antes pergunto se alguém tem alguma  
48 observação a fazer? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento**



49

**Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa tarde a todos. Senhor Presidente, só informar que encaminhei por e-mail algumas modificações. Só para constar. **(Linha 739: Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB; Linha 767: “antigo do Conselho”; Linha 882: “favorável para isentar”; Linha 884: Municipal de Habitação - DEMHAB; Linha 932: Departamento Municipal de Habitação).** **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A gente adota a postura, qualquer conselheiro pode fazer a sua manifestação na ata que ela ao final com o texto ou manifestação *ipsis literis* do conselheiro. Não costumamos alterar a ata, porque é uma degravação, mas registra-se o posicionamento pretendido. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Começando na linha 1128 até a linha 1148, se alguém quiser acompanhar, que quando comentamos sobre a FRAPORT apareceu a minha fala, a fama da Patrícia, mas não apareceu o texto. Então, eu acho que como o texto foi lido, gravado, deveria aparecer. Eu acho necessário para esclarecer a conversa que tivemos aqui, senão fica fora do contexto. Então, eu acho que o texto deve ser acrescentado aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Aline, eu te peço que coloque o texto como anexo da ata, aí faz o documento mesmo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A questão do parecer não verifiquei aqui, deve ter ficado de se enviar também por e-mail, mas não recebemos. É o parecer lido no final da reunião. Outra questão, eu gostaria que constasse aqui nas votações o voto de cada entidade, porque não consta. A representação que temos perante a sociedade civil é saber exatamente o que estamos votando e qual a nossa posição. Então, constar quem votou a favor, contra e abstenção. Até porque o regimento preceitua que os votos de cada entidade serão registrados. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Está bem. A ata é feita de praxe assim, mas concordo com a tua manifestação. Nós podemos aperfeiçoar o processo. Então, anexar a manifestação da SMDE da FRAPORT e registrar, individualmente, os votos. É isto? **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAUR/S:** Então, nesta ata já vai ficar registrado o resultado da votação, individualmente? É que teve um objeto que aprovamos nessa reunião, deu uma grande divergência em relação até a princípios, de como vamos nos posicionar em relação a processos dessa natureza. Parece ao menos que aquele processo seria adequado que tivesse o registro. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Nós vamos fazer o seguinte, conselheiros, o espelho da votação, que é aquela folha que todos nós assinamos, tem o voto de cada um. Então, podemos adotar a prática do espelho integrar a ata. Pode ser? Também está à disposição na secretaria do conselho para quem quiser. Então, adotamos desde agora que o espelho da votação vai integrar a ata. Quem é favorável á aprovação da ata permaneça como está. Aprovado por unanimidade a Ata nº 2771. Perdão... Alguém se abstém? Então, 02 abstenções, da IAB e SOSECON. **APROVADA A ATA Nº 2771. ITEM 3: Ordem do Dia. 3.01. EXPEDIENTE 002.050619.16.0 (Interessado: CMDUA. Assunto: Seminário de Planejamento. Relator: Comissão de Revisão do Plano Diretor).** A Ada vai fazer a apresentação por parte da SMAMS sobre a revisão do plano diretor. A Ada já é conhecida de todos aqui, a nossa coordenadora da área. Então, Ada, com a palavra. Nós definimos um tempo de apresentação de 45 minutos. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Boa tarde a todos. É a primeira vez que este novo conselho tem contato com a equipe que hoje é responsável pelo planejamento urbano de Porto Alegre. Então, em função disso eu queria também



98 apresentar a nossa equipe. Hoje eu tenho esta função de coordenação. Nós  
99 temos agregando a equipe o Engenheiro Gabriel. Lá no fundo a Arquiteta Ana Tércia, a  
100 Engenheira Tânia, a Bióloga Carla, o Arquiteto Guilherme, a Arquiteta Simone está de  
101 férias e a Walesca que também está e férias. Hoje o nosso grupo é este número de  
102 pessoas. Conforme solicitado, vou apresentar como estamos tratando a revisão do plano  
103 diretor. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**  
104 **SENGE/RS:** Qual o total de pessoas na equipe? **Ada Raquel Doederlein Schwartz,**  
105 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O total hoje são 08,  
106 contando comigo, mas uma está de licença. Então, ativos são 07. Vamos, então, falar da  
107 abordagem do plano diretor, que são discussões que já começamos. Então, aos que já  
108 assistiram aqui, peço paciência, porque temos outros elementos para mostrar. A partir  
109 disso gostaria de fazer uma reflexão de como está este processo e quais as razões pelas  
110 quais nos fazem trazer esta revisão. Neste movimento de revisão, seja ajuste, revisão,  
111 elaboração de novo plano, seja o resultado que surgir, essas perguntas vão nos nortear: o  
112 que queremos para o nosso futuro? Qual é a nossa visão estratégica para o futuro e para o  
113 pacto que a sociedade fará para viabilizar esta visão estratégica? Vamos ter que conseguir  
114 responder essas perguntas ao longo dos próximos 10 anos. Então, precisamos ter isto em  
115 mente para entender. Em nossa opinião, temos que ir adiante da nossa revisão,  
116 propriamente dita. Eu começo mostrando onde que Porto Alegre se classifica em termos  
117 de porte de cidade, desde a década de 50, em relação a todas as cidades existentes no  
118 mundo, até o nosso cenário de 2030, momento da próxima revisão do plano diretor. Então,  
119 as classificações são, em azul, cidades com menos de 300 mil habitantes. Depois temos,  
120 neste tom de azul, de 300 a 500 mil, como sendo cidades muito pequenas. Aqui, em verde,  
121 cidades pequenas, entre 500 mil e 1 milhão. Em amarelo, cidades grandes, entre 5 e 10  
122 milhões. Em vermelho, megacidades com mais de 10 milhões. Aqui nós conseguimos ver  
123 que Porto Alegre na década de 50 fazia parte dos 2% de cidades do mundo que eram  
124 entre 300 e 500 mil habitantes. E na década de 60, 10 anos depois, muda de categoria e  
125 passa a fazer parte das cidades pequenas. Quando entra o plano diretor de 79, então,  
126 colocando como referência a década de 80, a cidade muda de categoria de novo. Então,  
127 fazendo parte de 7,6% das cidades ditas cidades médias. Então, entre 1 e 5 milhões de  
128 habitantes. O que aconteceu depois disso? Nas décadas de 80, 90, 2000, 2010 e 2020,  
129 Porto Alegre permanece nesta categoria, dificilmente vamos sair desta categoria. Então,  
130 temos que enxergar que Porto Alegre muito provavelmente sempre será uma cidade neste  
131 tipo de categoria, só que da década de 80 em diante, até 2020, 2030, a importância  
132 dessas cidades no mundo e torna cada vez mais forte, diferente do cenário que tínhamos  
133 de 1980. Em 2030 quase duplica. Então, temos que com isso pensar e Porto Alegre  
134 também no seu papel no mundo, enxergar Porto Alegre além dos seus limites  
135 metropolitanos, urbanos, e enxergar de fato o que a nossa cidade representa no mundo.  
136 Trago também uma avaliação deste mesmo período, onde mostramos que Porto Alegre na  
137 década de 50 era a 5ª cidade mais populosa do Brasil e desce nas décadas seguintes para  
138 a 6ª, 8ª posição. Na década de 90 a 9ª posição. Quando começa este plano diretor atual  
139 está na 10ª posição e se mantém até hoje. Provavelmente, na próxima revisão Porto  
140 Alegre vá descer para a 11ª posição, sendo passada por Goiânia, porque está com uma  
141 taxa de crescimento muito maior. Olhando Porto Alegre em relação à urbanização mundial  
142 e nos temas que essas questões trazem, também nos momentos dos planos diretores do  
143 município, nós temos que o plano diretor, aqui representado em verde escuro, seria a  
144 urbanização no mundo, em verde claro a zona rural. É sabido que já tivemos uma  
145 inversão, hoje temos um crescimento cada vez maior da zona urbana e isso deflagra uma  
série de discussões em todas as revisões que estão acontecendo. Então, começamos com



147

um cenário no plano diretor de 59, com outro cenário do plano diretor de 79, não muito diferente. Tivemos em Porto Alegre uma lei em 1987, que foi entre os dois planos diretores, que, digamos assim, mudou nosso curso de história. Nós tivemos o plano diretor de 99, neste cenário a revisão de 2010, já em outro cenário. Então, o nosso novo plano, 2020 a nossa revisão futura, neste outro cenário. O que essas questões nos trazem para debate? Como fica a questão da urbanização dessas proteções de áreas ambientais? Aqui temos representado o que se coloca como tendência deste aumento, ou ocupação da cidade mais premente, que trazem esses temas. Como fica a discussão da zona rural, já que estamos diminuindo a área verde? Como fica a questão da urbanização versos áreas de risco? Como fica a questão das ocupações versos áreas de risco versos regularização fundiária? Como fica a discussão do tamanho das unidades habitacionais, já que mais pessoas ocupam o mesmo espaço? Como fica a (Inaudível) iluminação e ventilação? Como fica a questão de como utilizar os serviços urbanos e atender toda essa população, levando em conta a densidade? Como fica a questão da paisagem urbana e da preservação histórica, já que vou construir muito mais, então, como fica a preservação desses bem sólidos? A questão da mobilidade urbana, que hoje é uma das questões que mais impacto está tendo, porque todas essas pessoas precisam circular nesse espaço cada vez mais ocupado. A necessidade de espaços públicos eficientes, adequados ao convívio. Como fica a questão dos conflitos sociais no meio urbano e segurança – aqui também é outro tema que nos assola. Como fica a convivência no meio urbano, o código de posturas. Como ficam oportunidades econômicas a todos na cidade. Nenhum desses temas é exclusivo de Porto Alegre, faz parte de todo um cenário maior do que estamos vivendo. Aqui a gente traz alguns potenciais naturais que temos, quando falo de “naturais” não é de natureza, são naturais próprios de Porto Alegre, que a gente pode induzir. Uma das coisas que já é sabido, a nossa população, o IBGE coloca que Porto Alegre é a cidade com mais percentual de idosos por habitante. Esse fenômeno vai ser seguido pelos estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, depois Paraná e Santa Catarina. Isso nos induz também a olhar o atual cenário da maneira que trabalhávamos a cidade, sejam espaços públicos, privados, oferta de serviço. Para o público idoso isto pode se tornar modelo para o país e nós faz repensar algumas questões também como nós criamos os espaços adequados, esses espaços estão servindo ou não a essas pessoas. Outra questão é o turismo, Porto Alegre tem despontado muito na questão da área da saúde, tanto em termos econômicos, quanto em termos de atendimento, tem sido referenciada em termos de América Latina. Então, temos que repensar como podemos fazer com que isso ajude a qualificar a cidade e ter uma marca própria da cidade, o que Porto Alegre oferece. E essas duas questões de turismo que Porto Alegre tem é o turismo náutico e de serviços. Outra questão que Porto Alegre tem são os recursos humanos, Porto Alegre se destaca como a capital ou a segunda capital, não tenho este dado, que mais mestres e doutores tem por habitante no país. Então, demonstra que Porto Alegre tem um perfil de uma cidade que é capaz de trazer e fazer soluções, capaz de repensar soluções criativas para a cidade, não só para a cidade, mas para toda a economia. Então, temos isso como potencial próprio de Porto Alegre, que desponta de maneira muito significativa e que temos que neste momento de revisão do plano diretor pensar como que essas forças produtivas de Porto Alegre podem se agregarem e fazer da nossa cidade uma cidade melhor. Temos também potenciais, agora falando de natureza, temos as Ilhas, somos uma capital com 16 ilhas, nós não temos isso no nosso imaginário, nós temos que nos reestruturar para sermos uma capital com 16 ilhas. Hoje nós não somos. E como que este bem natural pode também agregar qualidade a nossa cidade. Por exemplo, isso nos desponta muito para a questão do transporte hidroviário, para a questão do ecoturismo e outras coisas mais. Avaliações preliminares, algumas considerações para os senhores refletirem. Esta



197

pergunta é proposital: por que o plano diretor é importante? O que temos visto historicamente na cidade? Nós temos visto várias ações e projetos há anos no município de maneira pontual, que parecem desconexas e descosturadas entre si: a questão do Arroio Dilúvio, a questão do Cais Mauá, a questão do desenvolvimento econômico, a questão dos corredores ecológicos, a questão do mobiliário urbano, a questão de aprovação de projetos e processo, a questão do turismo, a questão da clandestinidade de áreas de risco, a questão do 4º Distrito, a questão do licenciamento, a questão das ilhas, a questão da orla, mobilidade, projeto urbano e segurança. Esses temas e outros nos rodeiam e parece que não enxergamos conexões entre eles. Então, precisamos costurar essas ações para potencializar e ter um resultado, um pensamento mais estratégico sobre nossas ações. E entendemos que precisamos ter um olhar extremamente crítico para o nosso plano diretor, para que possamos dirigir essas ações para um resultado mais estratégico e qualificado. O que avaliamos? Verificamos assim: o que Porto Alegre tem para poder pensar a sua visão estratégica? Porto Alegre tem o seu plano diretor de 99, revisto em 2010. Porto Alegre tem, no nível do lote, código de edificações, que é de 1992. A gente já nota, por se tratar de duas legislações, que não há uma relação direta entre as duas, a gente verifica que o código de edificações não potencializa o plano regulador. Então, a gente vê que quando a gente tenta enxergar Porto Alegre dentro da sua região metropolitana, como é necessário, por exemplo, para poder abordar a questão das ilhas, e a gente tenta enxergar Porto Alegre não só como uma cidade, mas a capital do estado, a gente nota que carecemos de instrumentos e mecanismos para, inclusive, valorizá-la como capital do estado. E também não temos mecanismos para verificar qual a importância de Porto Alegre em termos de Brasil. Nós notamos que Porto Alegre carece de uma visão estratégica, de posicionamento dentro de diversos cenários: nacional, estadual e dentro da região metropolitana para fazer tomada de decisões mais adequada. Por outro lado, notamos que não temos uma visão de bairro. Pela maneira que o plano diretor de 99 se organizou, a gente não consegue enxergar as particularidades e especificidades de cada bairro da cidade. O plano diretor, por exemplo, no seu modelo de base e corpo, onde cria uma volumetria única e homogênea para os diversos bairros de Porto Alegre, cria um único mecanismo de paisagem urbana para os diversos bairros. Então, faltam os planos de bairro, por isso falta a questão dos projetos urbanos também, para uma dimensão que é intermediária entre a cidade e o lote. Nós não temos mecanismo para isto. Além do que, quando a gente desce no nível da rua, enquanto diretrizes de rua, nós também carecemos de mecanismos mais adequados. Então, a gente nota que deveríamos preencher essas escalas todas para poder ter, tanto na visão estratégica do município, quanto ações mais coordenadas sobre o território. Hoje as nossas diretrizes são no nível do mapa inteiro da cidade, não no nível de cada região. Também tentamos explicar que para a gente poder pensar planos, projetos e intervenções adequadas, sistêmicas, deveríamos pensar... Aqui nós temos de maneira ilustrativa uma árvore como o plano diretor sendo o caule que suporta tudo que vem acima ou a partir dele, onde ele baseia as suas raízes em várias legislações, federais, estaduais, incluindo acordos internacionais que se viabilizam pelo território municipal. A partir disso, claro, com a visão da própria sociedade, o plano diretor se ergue e gera planos setoriais, a partir deles projetos setoriais. E isso origina o quê? Projetos executados e serviços realizados hoje, que é o que a sociedade espera da gente, mas temos que deixar claro que o resultado disso é um processo, vem de todo um processo que tem que ser muito bem construído e que qualquer falha que haja dificulta ou inviabiliza o resultado final. Uma das coisas que nós fizemos nesse processo foi entrar em contato com todos os órgãos do município e perguntar: quais são os planos setoriais que existem no município hoje? Por incrível que pareça, o planejamento teve que perguntar, porque o planejamento não sabia. Enfim, a resposta que tivemos foi: todos os órgãos, sem



247

exceção, ligaram para cá para perguntar o que eram projetos setoriais. Todos! Colegas de carreira nos perguntando o que eram projetos setoriais. Então, nós nos vimos na seguinte situação, que a prefeitura e seus diversos órgãos já não tinham noção dos projetos que deveriam vir a partir do plano diretor e que os projetos estavam, na realidade, todos sendo constituídos a partir do olhar próprio de cada órgão. Então, não havia uma união e uma potencialização de todos os projetos para um resultado mais benéfico, um resultado de otimização de recursos sobre o espaço da cidade. Então, aqui coletamos alguns: plano de resíduos sólidos, plano de mobilidade urbana, plano de desenvolvimento econômico, plano hidroviário, plano de saneamento, plano de resiliência, plano de segurança urbana, plano diretor de acessibilidade, plano de arborização, plano de drenagem urbana, plano de habitação de interesse social, plano de educação e vários outros. Lembrando, os órgãos perderam a referência do que é um projeto setorial. Nós também fizemos como uma avaliação preliminar o que o plano diretor revisado de 2010 coloca como ocupação máxima da cidade e o censo de 2010 coloca como de fato ocupado. Nós vimos que o plano diretor revisado de 2010 prevê como ocupação máxima uma cidade para 4.654.849 habitantes, sendo que o censo de 2010 coloca a cidade como 1.468.524 habitantes. Nós estamos prevendo infraestrutura, toda a parte de suporte de serviços públicos a partir dos índices colocados no plano diretor revisado em 2010. Então, de que maneira nós podemos, adequadamente, ocupar melhor o orçamento? Aqui nós temos por gradação de densidade. Então, em vermelho as ocupações previstas para a maior densidade, e hoje o que a gente tem na cidade é um espraiamento da nossa cidade. Ao contrário do que o plano diretor de 99 colocava. Também colocamos como uma avaliação preliminar algumas legislações que surgiram pós-plano diretor de 99 e que nos forcem a repensar o nosso modelo de cidade. Essas legislações são legislações ambientais, que nós temos um SNUC a partir de 2000, especialmente, que influenciam sobre a taxa de ocupação dos lotes, porque prevê uma série de tipos de área de preservação e de conservação, que também precisam ser compatibilizadas dentro do território e não o foram nem na revisão de 2010. Então, essas legislações ambientais em nível federal impactam a taxa e aqui as legislações de aeródromo que impactam na altura. Essas legislações de aeródromo tiveram algumas revisões, nós tínhamos um modelo de plano de aeródromo até 2010, que foi um ano que o Brasil teve muitos acidentes aéreos, foi revista toda essa legislação para todas as capitais. Então, elas criaram um modelo básico para todas as cidades. Esse modelo para Porto Alegre durou alguns anos e foi revisto, hoje temos um modelo mais adequado ao nosso relevo e topografia, mas essa legislação impediu legalmente muitos dos nossos índices previstos de se realizarem, em função do relevo da cidade. Olhando a taxa e a altura, o que vemos? A questão dos aeródromos, que falam das alturas, hoje temos uma parte mais central desse modelo do aeródromo, mas nós temos uma nova faixa de restrição mais acima e para a zona sul tem outro aeroporto. Aqui nós colocamos todas as restrições que Porto Alegre tem, a ocupação, em função da altura. Aqui a gente tenta ver a cidade não pelo o que o instrumento permite, mas sim pelo o que a cidade comporta. Então, nós temos aqui marcadas as áreas de restrição, ocupação, e aqui um mapa de todas as áreas protegidas de Porto Alegre, um mapa que não tem no plano diretor e que fomos agregando a partir desta leitura de 2000. Então, quando vemos que enxergamos a cidade como uma linha divisória, com esta parte mais abaixo, com restrição à ocupação, não significa que não possa ser ocupada e sim que o solo tem que ser menos ocupado; ou seja, a base tem que ser menos ocupada, mas poderia ter mais altura. E a parte de cima está mais livre, isso em relação à taxa. Aqui nós temos várias restrições à altura, especialmente, nesta parte onde poderíamos ter mais ocupação. Então, vemos que há uma incongruência entre um modelo e outro, e nós estamos tentando enxergar qual a cidade que é possível ter a partir dessas



duas leis federais, uma que restringe a taxa e a outra que restringe a altura. Nós temos, à esquerda, o que hoje o plano coloca como lugares que Porto Alegre pode ter mais altura. Aqui é a altura de 42 metros e aqui a altura de 52 metros. Então, deste modelo colocado no plano nós notamos que podemos ter as maiores alturas nesse sentido, só que quando a gente coloca em cima dessas alturas, essa legislação do aeródromo, o que acontece? O que criamos? Considerando o relevo de Porto Alegre, a maneira como a altura dos prédios é medida, em Porto Alegre é medida a partir da base, não interessa se o prédio está em um terreno mais baixo ou mais alto, ele conta a partir da base até o último andar útil, não conta a casa de máquina ou o que possa ter acima. E nós temos este teto sobre Porto Alegre, um teto de alturas, que toma como referência o nível do mar, dentro dessas duas dimensões o relevo da cidade. Aqui nós cruzamos o teto com o relevo da cidade, considerando as alturas que nós podemos ter pelo plano diretor e acabamos gerando como resultado este mapa que nos mostra, em azul, as alturas que podemos ter, as alturas dadas pelo plano diretor que não atinge o teto que temos em Porto Alegre. Em vermelho, as alturas dadas pelo plano diretor que ultrapassam esse teto. Isso nos mostra como desenho de cidade, não como taxa de ocupação, não como densidade e sim como alturas, que a cidade se viabiliza mais nesse sentido do que neste sentido. Em vermelho, os locais onde as alturas dadas do plano não se viabilizam. Então, nós vemos que há uma incoerência no nosso mecanismo, inclusive para se chegar a esta conclusão se passa por um dado projeto, uma proposta, por várias etapas internas aqui até que se chegue a esta conclusão. Se a partir disso algum índice não se viabiliza, existem outros mecanismos propostos para se lidar com a situação. Então, vimos que nós estamos atualmente com um modelo que uma parte não se viabiliza. Então, qual a cidade que podemos ter a partir dos instrumentos federais? Então, estamos vendo que isso não está fechando com o modelo hoje colocado. Aí a gente traz como discussão as estratégias colocadas no plano diretor. O plano diretor propunha uma cidade representada pelo modelo espacial, que é um mapa, este mapa para ser atingido como objetivo propunha 7 estratégias que deveriam somadas chegar a um resultado de um modelo espacial. O que temos hoje? Nós não temos todas as estratégias localizadas sobre o mapa da cidade, nós temos a estratégia de mobilidade, que é um diagrama, nós temos a estratégia do plano de gestão ambiental, que é um diagrama. Ou seja, nós já não teríamos em 1999 ou 2000 como garantir o resultado do somatório dele, que seria um modelo espacial, somando o mapa com um diagrama. E nós também verificamos que não há em nenhum sistema da prefeitura hoje essas informações colocadas para a aprovação de um projeto. As estratégias do plano diretor só estão impressas nas folhas do plano diretor, nós não sabemos, por exemplo... Eu vou chutar um endereço: "Eudoro Berlink, nº 59", como é atingida por essa estratégia? Pela estratégia da produção da cidade, como é atingida pela estratégia da qualificação ambiental, como é atingida pela estratégia da promoção econômica? A gente não consegue fazer este cruzamento hoje. Então, também verificamos que nenhum sistema hoje da prefeitura comporta dados de planejamento urbano. Nós temos dados do plano diretor de 99, nesses sistemas, mas aqueles que são necessários à aprovação e licenciamento, mas não a este pensar estratégico da cidade, nós não temos. Então, fica muito difícil, por exemplo, em um projeto exigir: eu quero que tu qualifiques o teu projeto, obedeça à estratégia de qualificação ambiental. Aí olha este mapa e não consegue localizar como fazer essa avaliação. Fica muito subjetivo. Por fim, na revisão de 2000 o modelo espacial, que seria o somatório que deveria se buscar pela aplicação de cada uma dessas estratégias integradas entre si, ele saiu da revisão do plano diretor, ele deixou de existir no instrumento revisado em 2010. Então, quando a gente olha que essas estratégias nomeadas, que todas somadas, colocadas no mapa deveriam dar como resultado um modelo espacial, que é este mapa aqui, nós não temos mais este mapa hoje. Então, a



347 atuação do poder público está por estratégia específica, não tendo um norte  
348 orientador das decisões. E nós colocamos cada uma dessas estratégias junto com cada  
349 um desses programas previstos dentro de cada uma dessas estratégias e fomos verificar  
350 se esses programas foram ou não feitos e de maneira. E temos duas classificações, ou o  
351 “não foi feito”, ou “sim em parte”, com algum critério, mesmo que não da maneira prevista  
352 no plano diretor, mas se alguma forma foi feita alguma coisa. Quando olhamos, em  
353 vermelho, a maioria dos programas não foi desenvolvido pelo município e outra parte foi  
354 feita de alguma maneira, mas sem esta visão do resultado que se buscava inicialmente,  
355 que era um modelo espacial e este efeito integrado entre todas as estratégias. É isto que  
356 nós temos como resultado. A gente chama atenção para algumas das estratégias  
357 previstas, entre elas a estratégia de gerenciamento de políticas. Era uma estratégia que  
358 propunha que todas as linhas de financiamento existentes no município seriam destinadas  
359 á viabilização desses programas do plano diretor. Isso inclui PPAs e qualquer outro tipo de  
360 financiamento. Se pegarmos o histórico dos PPAs vamos ver que não houve este suporte  
361 para o desenvolvimento de todos esses trabalhos. Então, primeiro, é uma questão  
362 econômica e também ma questão institucional, além de propriamente um instrumento e si,  
363 que atualmente está em desacordo com legislações federais. Para funcionarem todos  
364 esses programas e fazer as estratégias atuarem em conjunto o plano diretor propunha que  
365 uma das primeiras coisas que acontecessem após o plano diretor de 99 seria a  
366 reestruturação da Secretaria de Planejamento, mas isto não aconteceu. No dia seguinte ao  
367 plano diretor de 99 toda a estrutura da Secretaria de Planejamento era baseada na  
368 estrutura do plano de 79. Então, ficou, institucionalmente, muito difícil conseguir  
369 operacionalizar o plano diretor de 99. Há uma dimensão, além da econômica, uma  
370 dimensão institucional do que simplesmente a redação do texto. Então, entendemos e nos  
371 preocupa muito, após a revisão do plano diretor, como será o *day after*, o dia seguinte nós  
372 já temos que estar plenamente operantes e como podemos garantir isto ou induzir que isto  
373 aconteça após este processo. Então, a nossa discussão não deve ser um mero  
374 instrumento em si. Por exemplo, um dos programas era o sistema de informações, que  
375 propunha que fosse montado toda a base de informações de planejamento do município...  
376 Não é a de licenciamento, a de planejamento, para que todos os órgãos do município  
377 tivessem acesso, que os municípios de fora tivessem acesso, que os demais órgãos de  
378 governo tivessem acesso e com isso pudesse facilitar parcerias público privadas. Inclusive,  
379 nós não tivemos isso implantado, além de não termos implantado não tivemos um  
380 programa de avaliação do desempenho urbano, justamente se o plano estava sendo  
381 viabilizado ou não, para fazer este acompanhamento. Só que para ele poder ter iniciado,  
382 digamos assim, toda a adequação dessas estratégias, organizando todos esses mapas, já  
383 deveriam estar prontos, mas não estavam. Aqui nós temos também a questão do sistema  
384 de planejamento, que é um dos programas também previsto no plano diretor, para dar  
385 conta desse acompanhamento com os demais órgãos de estratégia, que tivesse um órgão  
386 adequado para isso. Esse órgão também seria o encarregado do sistema de planejamento,  
387 o conselho é um braço desse sistema, mas ele não é o único ente compositor desse  
388 sistema, mas que faria essa relação da cidade por região de planejamento e com seus  
389 bairros, com outras institucionalizações da cidade. Hoje nós não temos mais uma  
390 coincidência espacial entre região de planejamento e bairro. Então, se não é esta  
391 coincidência espacial fica muito difícil para o planejamento urbano conseguir trabalhar  
392 demandas que venham de região de planejamento urbano, que venham de outras  
393 organizações, inclusive, se ela não estiver dentro desse sistema estruturado, da maneira  
394 como o planejamento estiver trabalhando. Estamos propondo que a gente não fique só  
395 nessa dimensão da região de planejamento, sim que a gente avance para uma leitura de  
396 bairros. Então, será extremamente necessário que a gente consiga fazer esta adequação





397

das regiões de planejamento com os bairros. Um dos efeitos que nós notamos de tudo isso que eu falei, é a seguinte situação, nós temos duas partes principais do plano diretor, uma parte estratégica e uma parte reguladora. Esta parte estratégica hoje faz parte da SMAMS e existe uma parte reguladora que está a cargo da SMDE. Nós temos uma parte que é a análise de projetos especiais, que vincula toda a parte estratégica com a parte reguladora. Por quê? Aqui, esta escala da parte estratégica, o que estamos olhando? A cidade, o território. E na parte reguladora estamos olhando o lote. O projeto especial tenta olhar o lote em um território um pouco maior. Então, ele precisa da definição da parte estratégica com a parte reguladora. Só que eu expliquei a vocês que a parte estratégica nós não conseguimos aplicar da maneira correta. Então, o que a gente diz? Faltam detalhamentos na escala do bairro, projeto, na escala do bairro, que gera insegurança para o técnico, para a avaliação de projetos especiais. Seria o lote e mais a avaliação do impacto no entorno do território. A cada instante todo o corpo técnico da prefeitura tem que se reunir para olhar um projeto e o tempo de tramitação também passa a ser, digamos assim, diferenciado. Na parte reguladora, que seria a parte do volume da edificação, nós temos por outro lado um excesso de regramento, muitos regramentos. E atende, mais ou menos, a 80% dos casos que a prefeitura avalia. Nós temos a questão do código de obras não se relacionar com o plano regulador. Então, volta e meia tem que se criar novas resoluções. E o tempo de tramitação, em função desse excesso de leis, de regramentos, hoje se torna muito grande. Nós temos, então, uma sobrecarga nessa dimensão e temos uma falta nessa dimensão, para nós podermos ter um plano diretor equilibrado. Aqui é um mapa da estratégia da produção da cidade, onde se colocam esses territórios, que deveriam ser objeto de projeto especial, tanto por iniciativa da sociedade, quanto por iniciativa do poder público, mas que todos esses territórios deveriam ser estimulados para isso. Então, pela indefinição e por onde passam esses territórios fica difícil a gente poder delimitar com segurança. Quando eu digo projeto especial é tanto o projeto especial do requerente, quanto a (Inaudível) consorciada. Uma das coisas que notamos quando fazemos um paralelo com um projeto de arquitetura, notamos que quando tentamos enxergar a cidade, assim como no projeto de uma edificação a gente deveria ter um projeto arquitetônico, para a escala da cidade nós deveríamos ter o projeto urbano. E ele se viabiliza a partir dos seus complementares, o projeto de arborização, sinalização, drenagem, viário, iluminação e etc. E a soma deles deveria estar no projeto de cidade, assim como a soma dos projetos complementares de uma edificação resultam em um projeto arquitetônico. O que temos é a atuação de cada projeto complementar, se maneira separada, que não resulta em um projeto urbano. Agora, enquanto processo histórico é importante trazer algumas coisas para conhecimento dos senhores. Aqui, pegando o histórico pré-plano de 79 até os dias de hoje para podermos entender o cenário que temos. Nós tivemos em 1976 a Secretaria de Planejamento Municipal, que tinha uma organização institucional e administrativa que vinculava estudos urbanos, planos locais, projetos urbanos, a coordenação de informações de processamento, cartografia e projetos geométricos, também a parte de planejamento e programação. Falando de programação no setor público, execução orçamentária e informações técnicas. Então, a secretaria surgiu daí. Em 79, então, nós temos o primeiro plano diretor com esta estrutura, em 85 foi reajustada, perdemos algumas atribuições, continuamos olhando o orçamento, continuamos fazendo projetos urbanos, mas tivemos algum ajuste. Em 87 nós tivemos uma lei que alterou muito o plano diretor de 79. Em seguida, em 89, a secretaria foi revista de novo. Nós deixamos de ter a parte orçamentária, passamos a ter apenas estudos urbanos e planos especiais. Projetos urbanos passam para outra supervisão, que seria a supervisão de licenciamento, continuamos com as informações. E de 93 até 97 nós tivemos a primeira conferência do plano diretor, porque o que se dizia era que nós



447      tínhamos muitas leis, legislações e regulamentos já acumulados pós-plano diretor  
448 de 79, especialmente, após 87, que estavam dificultando muito a aplicação do plano diretor  
449 de 79. Havia muitas incompatibilidades. Então, viu-se a necessidade de reformular o plano  
450 diretor. Então, montou-se a conferência do plano diretor e que resultou, em 97, no envio  
451 para a Câmara da primeira proposta do plano diretor, que acabou sendo muito discutida e  
452 debatida, foi solicitada uma revisão, voltou para o poder público e resultou no envio da  
453 segunda proposta para a Câmara, que é este documento aqui, que vai para a votação e  
454 em 1999 temos o plano diretor, a partir daí se caracterizou o cenário que temos. É  
455 importante ressaltar que neste período, onde se usava como argumento a revisão do plano  
456 diretor de 79, nós tínhamos 170 leis complementares, decretos e resoluções que deixavam  
457 mais complexa a aplicação do plano diretor de 79. Aqui, já em 99, olhando o mesmo  
458 processo, o que vimos? Nós começamos 1999 ou 2000 com a aplicação do plano diretor,  
459 com a parte estratégica do plano sendo desenvolvida em um único andar e a parte  
460 reguladora em outra parte do prédio, do famoso 6º andar e 4º andar, que por muito tempo  
461 tiveram uma atuação muito independente. Durante este tempo todo, em 2002, foi feita uma  
462 conferência de revisão do plano diretor, para verificar os 5 primeiros anos de aplicação do  
463 plano, que resultaram em 2010 em uma revisão das alturas do município. Nós não  
464 tínhamos as alturas do município definidas quando começou para plano diretor de 99. Por  
465 isso que temos vários bairros hoje com ruas locais e prédios muito altos, eles vêm deste  
466 período. Então, a impressão que a gente tem é que o plano diretor de 99 não estava  
467 pronto quando foi lançado. Então, somente 10 anos depois as alturas da cidade foram  
468 definidas. O que aconteceu? Em 2012 é importante ressaltar, surgiu a SMURB. A parte  
469 que seria a estratégica do plano diretor, que é o planejamento de médio e longo prazo,  
470 oficialmente, deixa de existir no município, nós deixamos de existir e passamos agora, com  
471 a nova estrutura administrativa, com a nossa atividade voltando a existir dentro da  
472 Secretaria de Meio Ambiente. Hoje nós temos como registro no cenário atual, comparando  
473 com as 170 leis que havia naquela época para revisar o plano, nós temos mais de 949 leis  
474 complementares, ordinárias, federais, estaduais e municipais, decretos, pareceres,  
475 resoluções, instruções normativas, que de alguma forma incidem sobre a discussão da  
476 aplicação o instrumento. Com isso, então, nós temos aqui este cenário de revisão que se  
477 coloca, que hoje nós temos a parte reguladora e a parte estratégica atuando em dois  
478 órgãos diferentes. Então, como que podemos pensar a revisão? Entendemos que as  
479 estratégias sem regras, a parte das estratégias reguladoras tem que estar mais fácil de ser  
480 aplicada. Hoje cada nova lei gera um tempo de tramitação maior. Então, temos que fazer  
481 esta otimização, porque precisamos ter uma visão integral da cidade, coisa que nós  
482 perdemos. Nós precisamos fazer com que este processo qualifique a sociedade, porque  
483 nós temos que de alguma forma resgatar os planos e projetos. Então, entendemos que  
484 precisamos fazer algumas ações de maneira que atendam essas expectativas e foram um  
485 pouco diferentes do momento de 99 e 2010. Uma das coisas que estamos propondo,  
486 assim como o plano diretor de 99 propunha é se basear a Agenda 21. Nós propusemos  
487 nos basearmos nos 17 ABS. Nós chegamos em 12 temas norteadores, que surgiram a  
488 partir do evento que fizemos na Câmara, no final de 2016, onde recolhemos a contribuição  
489 das pessoas e fizemos um workshop com o conselho ativo da época. Então, chegamos a  
490 estes 12 temas e para estes 12 temas norteadores, não quer dizer que mais algum tema  
491 não surja ao longo do processo, mas que nós precisamos recolher esse saber que existe  
492 proposta em 99, atualizar e desenvolver. Nós temos como proposta: uso do solo, estrutura  
493 e paisagem ambiental; desenvolvimento econômico; desenvolvimento social; mobilidade;  
494 acessibilidade; Infraestrutura; resiliência; segurança urbana; biodiversidade e serviços  
495 ecossistêmicos; espaços e equipamentos públicos; desempenho e habitabilidade das  
496 edificações; patrimônio histórico e cultural; gestão democrática, aprendizagem social.



497

Então, nós temos como cenário a Agenda 2030, vendo de que maneira este olhar sobre a cidade pode contribuir também para a qualificação das agendas que o Brasil se propôs a demonstrar. Para isso, então, a gente vem organizando e esquematizando esse trabalho. Nós entendemos que a partir do momento que tivermos um detalhamento maior de bairros, seja pela leitura técnica e comunitária, que a gente possa ter mais regras nesta escala para poder ter menos regras para esta escala e assim poder inverter esse processo, poder deixar um plano diretor mais equilibrado. Para que a gente possa aumentar o detalhamento das escalas de bairro, do território; para gerar segurança para o técnico avaliar os projetos especiais; para disponibilizar esse detalhamento para toda população e diminuir o tempo de tramitação. Por outro lado, aqui diminuir os regramentos, pedir arquivos em carga já referenciados, aprovar projeto não solto, mas na quara. Também diminuir o tempo de tramitação. Com isso, o que acontece com as informações que temos na prefeitura? Licenciamento, temos hoje mais de 400 sistemas que estão sendo unidos no *smartphone*, mas o planejamento urbano tinha apenas acesso a 5% dessas informações. Então, nós nos demos conta que estivemos planejando a cidade com menos de 5% das informações que existiam. Então, pretendemos reorganizar essas informações e criar uma plataforma com todos os dados de planejamento urbano abertos, arquivos editáveis e que entendemos que devem estar disponíveis à sociedade, não sendo sediadas no poder público, para que no próximo movimento de revisão não perca as informações de porque se decidiu por tal zoneamento ou tal proposta do plano. Hoje, a equipe que está aqui, como não participou da revisão do plano de 99, desconhece de onde surgiram as decisões que geraram o plano de 99. Então, para isto não se repetir, porque não há registro nenhum na prefeitura, em nenhum sistema, vamos colocar todas essas informações disponíveis para a sociedade. E com isso poder discutir mais a questão de bairro. Temos como exemplo a questão de planos regionais de Curitiba, de São Paulo. Hoje já se enxerga no bairro a questão de quais projetos e contrapartidas deveriam existir e poder mapear essas coisas a partir da leitura técnica, da leitura social. Então, como será a construção com a sociedade? pretendemos que esses 12 temas alcancem a questão do bairro, versem sobre essas dimensões, mas atinjam a questão do bairro e que a gente tenha um formato de discussão com a sociedade que não seja somente o processo tradicional. Segundo nós vimos no processo de 99, que originou o de 99, tem se registrado que foi discutido com 2 mil pessoas e 170 entidades, que no processo de revisão de 2010 o número é parecido. Se olharmos 2 mil pessoas, é 0,14% da população. Então, queremos achar uma maneira de poder abarcar um número maior de pessoas, para isso nós estamos propondo que este processo todo tenha uma parte presencial, que não sabemos ainda se vamos poder por região de planejamento, ou por bairro, ou por agregação de bairros, que tenha também uma plataforma digital para colher informações, diagnósticos e propostas da sociedade. Esta ferramenta já existe na Europa, é comum, está sendo aplicada em Londres, na Finlândia e em vários outros locais para que a gente consiga abrir este leque de discussão maior com a sociedade. E lembrando que além de tentar fazer com que esta parcela seja representativa da sociedade, estatisticamente, nos seus diferentes grupos etários, grupos socioeconômicos, que a gente consiga ver as crianças e idosos, já que Porto Alegre tem uma porcentagem grande de idosos. A questão das pessoas com deficiência também, que nunca participaram das revisões, a gente quer discutir em um processo mais amplo, através desta ferramenta digital. Aqui é importante registrar, Porto Alegre tem 23,87% de pessoas com deficiência, em maior ou menor grau, que representa quase  $\frac{1}{4}$  da população. Então, de alguma forma nós precisamos discutir com este setor. Neste processo todo vamos ter uma parte técnica e uma parte comunitária, como é exigido pelo Ministério das Cidades. E o cruzamento disso, nesse processo presencial, serão feitas oficinas, como são feitas também. E essas ferramentas digitais que



547 estão à disposição são para nos fazer ter um alcance maior do que o poder  
548 público já conseguiu ter. Nós pretendemos nos organizar em três grupos de trabalho, um  
549 grupo ampliado, aberto à sociedade; outro grupo interno aos órgãos do município e um  
550 grupo diretivo. E a partir disso, cumprir todas as etapas que o Ministério das Cidades  
551 recomenda. Lembrando que este processo todo tem gerado uma capacitação, uma visão  
552 crítica para a sociedade. A gente parte muito da questão da base de dados, de estabelecer  
553 um marco regulatório de informações, para que a gente possa estabelecer indicadores a  
554 partir disso para mensurar se estamos ou não conseguindo realizar o que a ferramenta  
555 coloca. Como ações em curso, o que existe? Existe em curso a discussão do plano de  
556 mobilidade, que tem uma consultoria de metodologia da WLI, da qual nós viemos  
557 participando muito e produzindo toda a avaliação técnica de mobilidade junto com a EPTC.  
558 Além disso, a gente vem discutindo dentro dos órgãos públicos para poder entender o  
559 novo posicionamento dos setores dentro da estrutura administrativa atual, para poder  
560 verificar se todas as áreas e saberes estão contemplados no grupo técnico apropriado. A  
561 partir disso, verificando também como fica a questão financeira para o desenvolvimento  
562 desse trabalho. Então, é nesse momento que a gente se encontra agora. Obrigada.  
563 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
564 **Sustentabilidade:** Obrigado, Ada. Não vou abrir inscrições, vou passar o microfone, quem  
565 não quiser passa adiante. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de**  
566 **Relações Institucionais – SMRI:** Boa tarde. Eu queria manifestar, Ada, que bom que a  
567 gente vem dialogando e debatendo várias situações. A Secretaria de Relações  
568 Institucionais tem participado desse processo e que bom que estamos chegando a uma  
569 forma, mais do que isso, que estamos podendo abrir esta forma. Então, quero mais uma  
570 vez parabenizar pela liderança que tu tens tido, o grupo que estás contigo. Novamente,  
571 também nos colocar à disposição, porque tem sido realmente um debate aberto e de muito  
572 aprendizado a todos nós. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**  
573 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, eu vou tentar me ater ao que me parece essencial  
574 do ponto de vista da análise e avaliação dessa proposta. Primeiro, eu não vi nada sobre os  
575 princípios do plano diretor. Eu não vi relação com os objetivos propostos para o debate,  
576 não encontro relação nenhuma direta entre uma coisa e outra. A não ser que a gente  
577 esteja querendo rediscutir até os princípios, aí eu faço algumas perguntas e  
578 considerações. De fato, o grupo que se tem para trabalhar nesse pouco tempo que ainda  
579 resta é de apenas 8 pessoas, aí se pretende revisar um plano diretor como um todo, desde  
580 os seus princípios nesse pouco tempo que há? Quer dizer, ainda que se possa questionar,  
581 que eu tenho sérias dúvidas, sobre o processo que levou ao plano diretor de 99 na sua  
582 amplitude, durou anos de processo, de debate público. Inclusive, a fase de diferente, que é  
583 isso que se parte de um diagnóstico técnico, do qual ainda vou tecer algumas  
584 considerações, o diagnóstico começava de um debate público, parte não só de um debate  
585 técnico. Pelo o que eu vi no início, o próprio plano diretor estabelece alguns... Eu acho que  
586 ele é mais rico sobre os caminhos para a sua revisão do que algumas intenções dadas  
587 pelo Ministério das Cidades. Eu reforço, uma é a questão desse distanciamento dos  
588 objetivos e princípios. Não vi, a não ser em um dos momentos e ainda sob uma fala de  
589 clandestinos em áreas de risco, a questão da habitação, a questão da regularização  
590 fundiária. O plano diretor é aquele que vai agregar setoriais, como foi colocado, quanto a  
591 isso não há discordância. Então, não podemos colocar o que talvez esteja entre os piores  
592 e maiores problemas a se resolver na cidade, relegar a um simples plano setorial ou plano  
593 municipal de habitação. A minha pergunta específica em relação a este plano setorial de  
594 mobilidade, foi dito que a consultoria de metodologia está contratada, a WLI. Não é? Mas  
595 em que secretaria, que órgão é competente, que está assumindo a questão do



596 planejamento, da execução desse plano? É a EPTC? Te onde eu sei não é  
597 competência da EPTC, que deve operar, fiscalizar, mas jamais planejar. Aliás, esta é uma  
598 das grandes críticas que a gente tem feito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
599 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Rafael, só para esclarecer, é a  
600 Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana. **Rafael Pavan dos Passos (2º**  
601 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Ainda compete a ela. Claro, a  
602 gente tem visto e me preocupa um pouco quando é colocado que o plano regulador está  
603 sob responsabilidade da SMDE. O plano regulador, até onde eu sei, pela lei que foi  
604 aprovada, com toda a discordância que eu tenho dela, o plano regulador ainda compete a  
605 esta Secretaria, a SMAMS. A gestão da aprovação e o licenciamento, passou para a  
606 SMDE, mas o programa regulador jamais saiu daqui e jamais vai sair, porque são partes  
607 indissolúveis, as estratégias do plano regulador. Eu não entendi o que vem a ser  
608 aprendizagem social dentro dessa proposta. Quanto à questão de excesso de regramento,  
609 eu acho que isto deve ser um debate que deve ser colocado no centro da discussão,  
610 porque eu discordo e vou dar um exemplo muito claro de como eu discordo. Há uma  
611 flexibilização do regramento que não está fazendo com que o plano diretor atinja seus  
612 princípios e quem propõe um projeto aqui respeita princípios. Por exemplo, a cidade é  
613 mista, tudo isto está nos princípios do plano diretor. Quantos projetos a gente vem aprovar  
614 aqui sem passar por aqui, quanto da cidade produzida nos últimos 15, 20 anos é esta  
615 cidade mista? Nós estamos vendo uma cidade que está sendo feita com gradis e um  
616 edifício residencial isolado da rua. Eu acho que o plano diretor permitiria que se fizesse um  
617 térreo comercial, em contato com a rua e a mesma torre. Por que não se faz? Porque a  
618 regra não está em excesso, está flexível. Acabou que pela decisão de cada empreendedor  
619 não está atendendo a regra, ele decide da cabeça dele e ficou jogado lá a Deus dará. Eu  
620 pergunto: qual o papel do CMDUA nesse processo de revisão? Eu não vi o CMDUA dentro  
621 dessa proposta de revisão do plano, lembrando que não só o plano diretor como a Lei 661  
622 coloca os conselhos municipais como papel central de deliberar sobre planos, como é este  
623 plano. Em que momento nós vamos tratar, tanto deste processo de poder propor, sugerir,  
624 questionar... Questionar nós estamos fazendo, mas propor sobre esse processo de  
625 revisão, acompanhar e coordenar junto este processo de revisão do plano. **Felisberto**  
626 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em 1999  
627 houve uma grande discussão nesta cidade sobre a revisão do plano diretor. Essas  
628 estratégias não saíram das cabeças de pessoas iluminadas, saíram de uma construção  
629 que se fizeram á época com a cidadania. Houve um congresso, se eu não me engano, o 3º  
630 Congresso da Cidade. Houve experiências localizadas nos bairros, as comunidades  
631 participaram. Se eu não me engano, o Secretário do Planejamento era o Newton  
632 Burmeister. Eu até brinco com o Burmeister, que ele era o algodão entre os cristais para  
633 não quebrar, porque havia vários interesses conflitantes, o que vai haver novamente.  
634 Então, como vai se trabalhar a regularização fundiária nesse processo? Cada vez eu vejo  
635 mais restrições para as comunidades se regularizarem, para construírem sua indenidade,  
636 para ter o plano de desenvolvimento econômico, identificação da identidade das  
637 comunidades, a lei dos bairros. Como vamos discutir isso? Como vamos construir com a  
638 cidadania o conhecimento dos seus bairros? Onde está a participação das pessoas nesse  
639 processo? Assim, é fundamental termo a dimensão do que foi feito nesses quase 20 anos  
640 do plano diretor. Eu não vi nenhuma avaliação da cidade que está aí. Fazem planos sem  
641 consultar a população, planos municipais com pessoas que nem conhecem a cidade, não  
642 se envolve na cidade, não tem qualquer envolvimento e opinam sobre a nossa cidade. E  
643 os moradores sofrem a consequência desse plano. Então, eu penso assim, pelo é a  
644 posição da RGP. 1, nós temos uma avaliação que a cidade tem que ser para as pessoas.



645 Então, nós da RGP. 1 queremos participar ativamente deste processo, nós os  
646 delegados e delegadas. Uma cidade que tenha a nossa cara, nossa identidade, que  
647 respeite a paisagem urbana, porque os nossos olhos veem uma cidade que não é mais a  
648 que nós viemos. Estamos voltados para uma cidade que nos ofende e nos oprime, não é  
649 uma cidade que constrói cidadania. Vemos que cada vez os bairros são mais violentos,  
650 mais abandonados, não há qualquer respeito á identidade dos bairros. Eu acho que isso é  
651 ponto fundamental. Eu estou com o Rafael na questão de princípios. Então, quais os  
652 princípios que nortearão? O princípio econômico ou o princípio de cidadania, princípio  
653 social, princípio em desenvolvimento? Era isso. Eu teria mais coisas, mas hoje estou  
654 gripado, talvez eu não tenha toda a capacidade neste momento para expor tudo o que  
655 penso. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete –**  
656 **RGP. 7:** Bom, é um esforço a apresentação deste trabalho de 8 técnicos sobre a vida de  
657 toda a nossa cidade, eu imagino. A senhora me desculpe, mas eu mas senti em uma  
658 sociedade líquida, porque talvez a minha formação como linha histórica, eu sempre li e  
659 respeitei os princípios históricos e sociológicos que a gente vive, mas eu me senti um  
660 pouco assim. Nesta linha histórico eu não me reconheci, talvez pelo ponto de vista. O me  
661 reconhecer é importante, porque eu existo e quero me sentir importante. Quando na  
662 Câmara de Vereadores, em 1999, depois fui delegada no plano nacional, na construção do  
663 Conselho da Cidade, onde teve vários instrumentos com todos esses segmentos que eu  
664 não consegui identificar. Conselho da inclusão, tudo que nós construímos, todos os  
665 conselhos, das universidades, não consigo identificar aqui. Então, por isso que eu disse  
666 que me senti dentro de uma sociedade líquida, que se dissolveu e que nasceu de repente.  
667 Eu me sinto novamente invadida neste país, principalmente na minha cidade. Eu nasci no  
668 Estado do Rio Grande do Sul, vim a Porto Alegre guriazinha, hoje sou uma senhora, poxa,  
669 já entrando para a terceira idade e não conseguir me identificar quando ajudei a construir.  
670 É trágico! Para não dizer cômico! Desculpe! Então, eu quero só compreender o método,  
671 este conceito onde eu estou incluída. Não sou eu, mas tudo o que se representa na  
672 negritude, nos deficientes, nos técnicos, nas comunidades. Negar que esta sociedade não  
673 existe é permitir apenas um olhar mais matemático, mais estatístico. Desculpa, realmente,  
674 talvez seja um mal deste plano, e a senhora que tem tanta experiência, é concursada, né,  
675 talvez isto me desqualifique um pouco. Eu quero só compreender, porque construímos o  
676 que ia ser uma Macro 10 da lei consorciada da Lomba do Pinheiro. É uma experiência, é a  
677 primeira no Brasil que foi colocada em prática. Desculpa, então, isso não quer dizer nada?  
678 Eu quero recuperar aqui o conceito. Então, não temos valor nessa construção que foi  
679 estabelecida da cidade. Então, quais são os valores? Volta ao conceito que o Felisberto  
680 levanta aqui, de que princípio nós estamos partindo para avaliar e construir esta revisão do  
681 plano diretor se em 1999 esta própria secretaria foi reestruturada? Estado é um projeto de  
682 gestão ou um projeto de estado? Muito obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
683 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Nós vamos responder  
684 em bloco para não acumular muito. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria**  
685 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bom, vou ver se consigo responder  
686 a todas as colocações. Princípios, primeiro que o que estamos trazendo é uma abordagem  
687 deste processo. A revisão não começou ainda o que temos aqui são diagnósticos sim do  
688 contexto que temos hoje, da situação que a gente vem enfrentando e da maneira como o  
689 plano diretor... Eu não digo que é um diagnóstico sobre o plano diretor, a aplicação dele,  
690 mas, digamos, é um diagnóstico inicial. Tem que fazer parte, óbvio, deste processo de  
691 revisão uma etapa de diagnóstico e uma etapa de proposta. Esta parte do diagnóstico tem  
692 uma parte, como coloca o Ministério das Cidades, uma parte de diagnóstico técnico e uma  
693 parte de diagnóstico comunitário. O que estamos fazendo é organizando e sistematizando



694 algumas questões técnicas para mostrar para a população que nós temos  
695 incongruência. Então, isto não é o diagnóstico técnico dos problemas do plano diretor  
696 ainda, mesmo porque o que tivemos no histórico, esse de 2000 em diante, foi para o  
697 planejamento urbano de Porto Alegre. Ele não se viabilizou somente pela Secretaria de  
698 Planejamento, por um único órgão. Nós tivemos de maneira descentralizada em Porto  
699 Alegre um planejamento sendo feito por vários órgãos. Então, a gente entende que para  
700 poder ter este diagnóstico mais qualificado possível, a gente tem que conseguir  
701 estabelecer um grupo de trabalho técnico interno, poder colher tudo isso e poder organizar  
702 isso. É o que a gente quer começar. A questão dos princípios, entendemos que também os  
703 princípios se estão sendo ou não, digamos, viabilizados, eles vão fazer parte de um  
704 diagnóstico técnico, tem que fazer parte de uma discussão comunitária, inclusive para  
705 sabermos se esses princípios se mantêm ou se acrescentam outros. Então, por isso que  
706 não tocamos aqui nos princípios. Não somos nós que temos que definir e sim o processo  
707 da revisão que tem que decidir. O que fizemos foi estabelecer 12 eixos norteadores, assim  
708 como houve 7 estratégias de revisão para o plano de 99, nós verificamos que os pontos  
709 trazidos na discussão do evento no capitólio 2016, mais a contribuição do conselho  
710 anterior, vimos que precisaríamos contemplar outras questões que não são hoje abarcadas  
711 pelas 7 estratégias. As estratégias são de uma época de um contexto, entendemos que  
712 devemos envolvê-las, tanto é a representação posta, mas também temos que verificar de  
713 que maneira se mantêm ou se aprimoram. O que estamos colocando é o olhar da  
714 discussão, da oportunidade que tivemos de levar esta discussão a público, que foi em  
715 dezembro de 2016, com o conselho ativo de 2017. Então, foi o próprio conselho que  
716 acabou estabelecendo junto conosco esses 12 temas, com as contribuições e o instante lá  
717 no Capitólio com a sociedade. Então, entendemos que devem ser 12 temas norteadores. A  
718 questão de onde está a habitação de interesse social? Não estavam como estratégias,  
719 nenhuma das 7, elas acabaram aparecendo como plano setorial no final do processo como  
720 um programa. Então, este tema, óbvio que também está ligado junto ao tema do  
721 desenvolvimento social. De novo, como eu disse, nós só temos eixos norteadores de  
722 discussão e que vão agregar vários outros assuntos. Se vocês olharem, nós não temos  
723 nenhuma estratégia que diga: estratégia de regularização fundiária hoje no plano diretor ou  
724 estratégia de habitação de interesse social. E de novo, não quer dizer que não surja outro  
725 tema ou que outros não se cumpram nesse processo. São 12 temas norteadores para a  
726 discussão, nós vamos iniciar, nós precisávamos ter alguma coisa com o que começar.  
727 Qual é o papel do conselho? Nós temos CMDUA e COMAM ali em cima (*slide*).  
728 Entendemos sim que o conselho é, inclusive, transversal aos três grupos. Uma das coisas  
729 que vamos ter que definir é como que a governança desse processo, ainda mais com  
730 todos esses atores da sociedade, como pode acontecer. Nós ainda não definimos e aqui  
731 nós temos as organizações prévias desse processo. Nós entendemos que tem que ter uma  
732 parte técnica, toda outra discussão com a sociedade. E aqui estarão contempladas todas  
733 as representações sociais, porque nós temos 17 regiões do OP, 08 regiões de  
734 planejamento, organização de moradores, cooperativas e etc. Hoje o plano regulador,  
735 Rafael, está na SMDE, nesta proposta de reestrutura administrativa ficou lá. Houve esta  
736 cisão entre a parte reguladora e a parte estratégica. E a gente vem tentando ver como  
737 trabalhar isso da melhor forma possível. Na realidade, ainda estamos aprendendo nas  
738 dificuldades. Como trabalhar a regularização fundiária? Esta questão veio, isto vai permear  
739 a discussão. Onde está a participação das pessoas? Bom, a participação das pessoas,  
740 como em qualquer processo de revisão, tem que ter um diagnóstico comunitário e uma  
741 proposta comunitária. Nós também temos que ver como fazer isso da melhor forma. E nós  
742 entendemos que hoje em dia, com o poder de comunicação que a sociedade tem, a gente  
743 tem meios de fazer um alcance muito maior. Só que, presencialmente, a gente não



744

enxerga com um alcance tão maior do que historicamente se conseguiu, para isso estamos somando outras ferramentas que não a presencial. Nós vamos somar. A questão da segurança urbana é um dos temas que na época, em 99, não era um tema que rondava a cidade como hoje, tanto é que um dos 12 temas norteadores é segurança urbana. A linha histórica a gente entende que é necessário que seja colocada para os senhores. Então, aqui nós não estamos nesta linha histórica pontuando cada uma das representações sociais que participaram dela, mas sim para demonstrar que nós achamos que uma parte da responsabilidade do plano diretor não ter se viabilizado como se pretendeu, existe uma parte que é institucional. A outra parte é de instrumentos de várias leis federais que surgiram pós-plano e que não foram abarcados na revisão de 2010 e que agora precisa. A questão da lei da Lomba do Pinheiro e as outras leis, tudo isso abraça e entra no escopo para eventuais ajustes. Se é projeto de gestão ou de estado, olha, ele está sendo elaborado aqui por uma equipe composta por técnicos do estado. Hoje nós somos um grupo que sobrou dentro do planejamento. Nós tivemos uma saída muito grande de técnicos, entre 99 até 2013, quando começou a SMURB, muitos se aposentaram e alguns foram para outros órgãos. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Boa tarde. Ficou bem claro que é um diagnóstico básico para iniciar uma discussão da reformulação do plano diretor, onde foram apresentadas algumas diretrizes, para o pessoal ter uma noção do que afeta a questão do planejamento na visão interna da Secretaria de Planejamento. Nós vemos dentro do Orçamento Participativo a falta de planejamento e investimentos, que é o que afeta diretamente o até de demandas e serviços dentro da cidade. O que condiz isso? A falta de recursos, vai gerar uma falta de recursos que não tem mecanismo suficiente para atender um planejamento com a precisão, que dentro desse diagnóstico básico se viu bem que falta essa parte de uma reflexão interna, depois partir para a parte externa, que vai ser a comunidade, que vai abrir a discussão. Pelo menos o meu entendimento foi dessa forma. A legislação é uma questão que eu venho batendo há muito tempo, tem que haver uma compilação dessa legislação, porque é muita regra e pouco resultado. É muita legislação para ser discutida para a aprovação de qualquer projeto, não é somente nos grandes empreendimentos, mas de qualquer projeto tem uma série de legislações a serem seguidas. O desenvolvimento regional, eu acho que isso é um ponto muito importante para projetar alguns locais na cidade, alguns setores da cidade, onde venham atender as demandas de cidades como contrapartidas, as medidas mitigatórias, para não ocorrerem casos como a Edgar Pires de Castro. Foi uma região que teve um grande adensamento e que não tem hoje o mínimo de Infraestrutura para atender a comunidade local. Aí a prefeitura tem que correr atrás de projetos para fazer alargamento da via, para dar estruturação para a cidade local. Então, é este ponto do planejamento regional e onde entram as partes técnicas comunitárias, que tem que ser melhor trabalhada. Eu pergunto em relação à articulação com a sociedade, é um defeito não somente este governo, mas todos os governos, falta esta articulação, falta este enfrentamento. E não é ter medo da comunidade, é compreender as necessidades locais, é o que falta para qualquer governo. Para finalizar, vou colocar aqui se em outras capitais que seguem a risca os 10 anos para a revisão do plano diretor ou se antecipa esse tempo. Se nós analisarmos, 10 anos é bastante tempo para acompanhar toda esta movimentação aí. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Ada, parabéns pela apresentação. Eu vejo que há coisas que precisamos avançar mais, porque dentro desse planejamento do plano diretor há muitas coisas. Eu tive a oportunidade de assistir a palestra desse novo candidato ao governo do Estado, o Jairo Jorge, eu não





793

conhecia ele, sabia que era de Canoas, mas não conhecia o trabalho dele. O cara fez uma apresentação sobre a prefeitura de Canoas fantástica. Então, a pessoa vem colocando todo o planejamento. Eu vejo o mesmo projeto aqui há 10, 12 anos e custa a sair do papel. Outra coisa que eu fico vendo, que precisa de planejamento de bairro, porque desde 79, quando discutimos o plano diretor de Porto Alegre, eram só os “iluminatis”, os arquitetos, engenheiros. Qual a sua visão de recurso próprio para se pensar isto? (Inaudível). Só tem vantagem quem é de partido, o povo não (Inaudível) votar. E o planejamento da cidade também não é do povo. Se o povo ficar no meio do barro, da sujeira, não interessa, não interessa! Aí muitas pessoas que estão nesses bairros nem sabem o que é plano diretor, não interessa, não sabe, não participa do debate, não discute. Então, é discutido só pelos “iluminatis”. Então, eu proponho seminários de planejamento de bairros, ou seja, não é o conselheiro Paulo Jorge, eu não sou engenheiro, não sou arquiteto, mas eu preciso que os “iluminatis”, que são vocês, digam: “Oh, Paulo, tu tens até novembro para trazer o planejamento do bairro da Região 5!” Para que saia para ser debatido aqui dentro. Aí vocês vão chamar os outros “iluminatis” e vão discutir com a visão do bairro, senão serão os “iluminatis” do DEMHAB, os “iluminatis” das secretarias que vão implantar o plano diretor da cidade e o povo vai chupar bala. Eu vi em 79 que até hoje fico pensando (Inaudível): “Vamos dividir a cidade”. Aí eu vi os inimigos de partidos junto com seus amigos. Aí surgiu a (Inaudível), surgiu a MULTIPLAN, não sei o que mais, os inimigos que ocupam a tribuna... (Inaudível) Quando viu surgiu aquele baita empreendimento. Então, o plano diretor não é para a cidade de Porto Alegre. Então, que venha a comunidade lá do bairro para discussão, para dentro desse processo, que os “iluminatis” vejam e estudem os bairros, que o povo participe do planejamento. Obrigado.

**Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Bom, Ada, eu quero dar os parabéns pela tua apresentação. Eu imagino o esforço que foi feito para chegar até este ponto. Eu acho que como tivemos dificuldade de enxergar muita coisa, talvez isso possa ser enviado para nós, porque estava muito ruim, porque a gente não enxerga, não consegue te acompanhar muito bem. Eu espero que esta seja a primeira discussão que temos aqui, objetivamente, sobre o plano, porque não temos tido. Nos últimos 2 anos que estou aqui não temos discutido, absolutamente, nada sobre plano diretor da cidade. Nós temos votado e aprovado projetos pontuais, o que torna mais complicado ainda toda esta leitura que tu fizeste aí. No entanto, eu gostaria de ter visto alguma proposta mais estrutural para o processo de planejamento da prefeitura mesmo, internamente, porque não são 10, 8 ou 6 pessoas, internamente, que conseguem fazer uma avaliação. Além do que, gostaria de chamar atenção sobre isso, eu acho que a gente não consegue avaliar o plano diretor a partir da avaliação do plano em si. Eu acho que é necessário avaliar esta leitura que tu fazes aí, o que seria possível fazer, o que o plano propõe e não é possível. Eu acho que isso é uma avaliação importante, mas não é nenhum pouco suficiente, porque não é possível a gente avaliar a coisa pela coisa. Se a gente avalia a coisa pela coisa, como a gente encaminha? Então, nessa proposta tem uma dificuldade grande de encaminhamento. E eu acho que talvez, internamente, a prefeitura devesse pensar em uma forma de encaminhamento. Eu estou falando, internamente, não estou falando conosco aqui no conselho. Eu acho que isso que o Paulo Jorge falou é fundamental, não acho nenhum pouco conveniente que se apague ou se descaracterize, ou se tire a importância das formas participativas que tivemos até agora, acho que foi uma elaboração e uma construção, não caiu do céu. Eu acho que as formas participativas nós devemos encaminhar no sentido de aprimorá-las e não de questioná-las. Isso que o Paulo Jorge fala de se ter formas participativas por bairro é muito importante, desde que esses bairros comportem outra forma de avaliação participativa, de formulação participativa que se teve aqui, que foram as regiões. Na verdade, esta questão de escala do planejamento é



843 muito complicado, porque o bairro não fecha com as regiões do Orçamento, as  
844 regiões do Orçamento não fecham com as unidades censitárias. Então, não temos um  
845 casamento em nenhum nível da hierarquia analítica. Esta é uma complicação tihosa em  
846 todos os níveis, principalmente na questão ambiental, e o Professor Furtado está aqui na  
847 minha frente, pode dizer que não estou inventando coisa nenhuma. Então, é muito  
848 complicado quando não trabalhamos essas diversas escalas. Eu acho que a prefeitura tem  
849 que pensar nisso, no sentido da manutenção das formas participativas que se tem,  
850 buscando aprimorá-las. Isto que o Paulo Jorge colocou de ter discussões em bairros é  
851 fundamental. Outra coisa, como financiar este processo? e que seria bom ter isso e aquilo  
852 outro, tudo isso todo mundo concorda, todos nós vamos concordar com todas as propostas  
853 que tu fizeres, organizar um apoio para a revisão do plano diretor. A questão é: quem vai  
854 financiar isso? Boa intenção todo mundo tem, a questão é que isso precisa de um  
855 financiamento. Quem vai trazer esse financiamento? Eu imagino que haja uma forma de  
856 financiamento para este trabalho que está sendo feito junto à EPTC com a WLI, porque  
857 não cai no céu. Então, teve dinheiro para dar para a WLI, teve dinheiro para organizar isso  
858 internamente. Então, essas questões eu gostaria que fossem trazidas na próxima reunião,  
859 porque é daqui há 15 dias, estou entendendo que este é o primeiro passo para uma  
860 segunda discussão para a proposta da prefeitura para este conselho, mostrando a sua boa  
861 vontade de trazer a discussão para o conselho. Em algum momento foi dito que temos  
862 eixos norteadores, eu tenho para mim, com meus muitos anos de estudos em  
863 planejamento, que os eixo norteadores devem sair da discussão da cidade, desta  
864 discussão que o Paulo Jorge estava falando a partir dos bairros. Eu acho que já temos um  
865 histórico em Porto Alegre e não podemos apagar. Não estou dizendo que está sendo  
866 apagado, mas quero chamar atenção para que a gente continue o desenvolvimento disso.  
867 E acho fundamental que se pense como isso vai ser financiado, internamente, na  
868 prefeitura e nos bairros. Isto tem que sair daqui, tem que ser decidido aqui. Ada, eu sei  
869 muito bem o esforço para chegar a esta concentração de formação que tu chegaste aqui,  
870 que o grupo de vocês chegou, mas isso não é suficiente. Eu também sei que tu sabes isso,  
871 mas eu acho que nós precisamos afirmar, isto não é suficiente para se pensar a cidade.  
872 **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
873 **SOCECON/RS:** Eu achei o trabalho apresentado pela Ada e pelo seu grupo a primeira  
874 grande oportunidade de se ter conteúdos relevantes sobre a Cidade de Porto Alegre no  
875 conselho. Até o momento eu não tinha presenciado discussão relevante com essa  
876 amplitude de interesse. Por isso, creio que é fundamental, revisando o que os outros  
877 companheiros já mencionaram, que esses conteúdos sejam oferecidos, caso isso não seja  
878 exigido e que possa ser compartilhado com essa instância da comunidade. Eu gostaria que  
879 isso realmente fosse distribuído para nós, para que pudéssemos conhecer melhor isso.  
880 Sobre a participação e a inclusão do conselho municipal, para mim isto é uma questão  
881 relevante. Eu acho que deveríamos organizar uma agenda e ter uma divisão do trabalho  
882 para que o conselho fizesse uma intervenção positiva sobre esta temática, talvez fosse o  
883 caso de também incluir os companheiros do COMAM nesta atividade, para que não  
884 houvesse apenas este esforço por um conselho, se for possível fazer esta vinculação. Eu  
885 acho que foi importante o trabalho que vocês realizaram e ficam estes dois registros da  
886 minha parte. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente**  
887 **e da Sustentabilidade:** Nós ainda não estabelecemos uma comunicação e articulação  
888 com a sociedade, porque a gente precisava, digamos assim, ter maduro dentro da equipe  
889 quais são as limitações que temos, quais os problemas que existem de fato para a gente  
890 poder enxergar por onde começar. O que colocamos a vocês é um diagnóstico básico  
891 porque vocês tenham a noção, como vocês representam a sociedade, que a gente não



892 consegue resolver o problema do planejamento apenas, seja ajustando,  
893 reajustando ou ficando somente na redação do texto da lei. O nosso problema é que o  
894 planejamento é estrutura, é maior. A intenção foi deixar claro para vocês. Existe uma  
895 discussão institucional, uma discussão do instrumento, propriamente dito, que são  
896 questões tanto de discussão técnica quanto discussão como sociedade, a outra é a  
897 discussão econômica. Não estou falando para viabilizar esse processo agora e sim como  
898 que a gente faz o plano ser implementado, para não termos o problema que tivemos no dia  
899 seguinte ao plano diretor de 99, que não tivemos meios e mecanismos para implementá-  
900 los. A questão da proposta estar mais estruturada, nós chegamos neste momento com  
901 esses 12 eixos norteadores porque nós vimos que não conseguiríamos abarcar toda a  
902 discussão trazida pelo Capitólio. Nós temos que começar de alguma forma e sim  
903 entendemos que esses 12 eixos norteadores tem que ser iniciais, a partir eles tem que ser  
904 aprimorados, aumentados ou diminuídos a partir do que vier com a discussão tanto  
905 técnica, quanto social. Eles não estão estanques, eles são o nosso ponto de partida. Em  
906 relação a enxergar o trabalho ou a proposta mais estruturada, entendam que nós temos  
907 outra prefeitura, diferente do que tivemos por 40 anos. Então, nós técnicos temos que  
908 entender como funcionam esses grupos e processos, até para nós reunirmos todos os  
909 órgãos novos, para poder fazer o seu trabalho. Então, nós tivemos que ter esse tempo de  
910 maturação para enxergar como viabilizar essa nova estrutura, porque é uma lógica  
911 diferente de uma lógica que foi por muito tempo consolidada. Então, de fato, houve essa  
912 dificuldade. Até para evoluirmos em cronograma, em plano de trabalho, enfim, estamos  
913 esperando enxergar, como a Lívia comentou – qual é o valor disponível para este trabalho  
914 e qual o plano diretor que a gente consegue atingir no tempo que o gestor nos coloca? Nós  
915 tivemos como delimitação pelo Senhor Prefeito o ano de 2020. Então, estamos vendo o  
916 que é possível ter até 2020 para poder enxergar a questão de bairro que entra nessa  
917 revisão. Agora respondendo ao Paulo Jorge, o que estamos propondo é justamente isto,  
918 que a gente recolha o olhar do bairro, que é uma ideia diferente do que se tinha. A gente  
919 vê que a sociedade se enxerga e se entende por bairro, que se quisermos atingir muito  
920 mais pessoas é muito mais fácil entender esta leitura do que por região por planejamento,  
921 porque é uma coisa que não tem identidade para a sociedade. Então, como fazer isto? O  
922 poder público tem pernas para fazer 96 oficinas? Existe outra forma de otimizar isso?  
923 Como pode ser feito? Nós também estamos pensando em enxergar isso. A questão da  
924 WLI, Lívia, está prestando um serviço de consultoria não remunerado, de uma  
925 metodologia, ela não está desenvolvendo o plano. Nós tivemos a preocupação de prever,  
926 quando entrou o PPA de 2017/2021, dinheiro para a revisão do plano diretor. Só que vimos  
927 que precisaríamos de dois PPAs para esta revisão. Então, estamos vendo como viabilizar  
928 o recurso. Agenda de trabalho, ainda não avançamos. A revisão dos outros planos, até  
929 onde acompanhamos, acontece a cada 10, 12 anos, até agora não vimos menos d 10  
930 anos aqui no Brasil. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal**  
931 **do Rio Grande do Sul – UFRGS:** A média fica em torno disso, porque em alguns  
932 municípios nunca acontece. A gente tem um SPAAN de tempo suficiente para fazer. **Luiz**  
933 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
934 **Conselheiros,** eu quero resgatar um pouco na história os atos do conselho CMDUA, a  
935 partir de 2016, no sentido de promover e instigar o município de Porto Alegre a discutir a  
936 revisão do plano diretor. Este seminário que falamos que aconteceu no Capitólio, em 2016,  
937 foi gestado aqui dentro a partir de uma comissão que se criou. Esta comissão tinha um  
938 foco na promoção, da formação dos conselheiros e delegados, inclusive, comunitários, em  
939 uma bandeira que o Paulo Jorge muito vinha batendo. Como nós formatamos através da  
940 comissão de revisão, passou a ser chamada depois de revisão do plano diretor, porque em



941 um primeiro momento não era. O grupo de arquitetos da SMURB sugeriu a nós  
942 da comissão que fizéssemos o foco já na revisão do plano diretor. Então, o seminário foi  
943 montado de maneira muito didática para dar o histórico dos planos diretores de Porto  
944 Alegre para todas as pessoas que lá participassem. Foi o que aconteceu. A comissão  
945 conseguiu trazer naquele momento arquitetas, acho que não tinha nenhum arquiteto, que  
946 participaram nos diversos momentos dos planos diretores na história de Porto Alegre.  
947 Também foi dada uma introdução sobre o histórico do planejamento mundial, urbano e tal.  
948 Foi um seminário muito bom, casa cheia, um grande número de funcionários da prefeitura.  
949 Foi um momento muito bom, muito positivo a todos que estiveram lá. No segundo  
950 momento aproveitamos as boas relações que tínhamos na época com a Câmara de  
951 Vereadores e promovemos, instigamos a Câmara de Vereadores a promove rum  
952 seminário, aí sugerimos um formato um pouquinho diferente, em que as arquitetas da  
953 SMURB, que a equipe qualquer fosse a protagonista na Câmara de Vereadores. Também  
954 foi excelente. Ou seja, começava-se a criar um processo de discussão para a revisão do  
955 plano diretor. A evolução desse processo veio para quê? Para o workshop que aconteceu  
956 aqui dentro, foi uma atividade interna do Conselho do Plano Diretor, onde foi apresentada  
957 uma dinâmica de trabalho e se apresentou os 12 pontos que está se falando. Isto foi tão  
958 importante que depois do workshop ouvimos de membros do governo municipal falar em  
959 revisão do plano diretor. Ou seja, em função dessa promoção o próprio governo passava a  
960 colocar na pauta de maneira maior ou menor a questão da revisão do plano diretor. A  
961 evolução é que chegamos hoje com esta apresentação da Ada, trazida pelo Presidente  
962 Maurício. O que tínhamos na época como ideia de discussão da revisão do plano diretor?  
963 É a ideia que eu acho, particularmente, que deve ser retomada, criar a partir desses 12  
964 pontos, a partir de uma discussão que se pegue um eixo. A cidade precisa discutir no  
965 mínimo esses 12 pontos, para unificarmos, levarmos para as regiões de planejamento,  
966 através dos delegados regionais, dos conselheiros, ampliado pela comunidade. Aí cada  
967 região vai discutir esses 12 pontos com maior ou menor intensidade naquilo que mais  
968 entender como necessário para esta ou aquela região. Se for o caso., acrescentar outros  
969 elementos importante para este processo de revisão, que isso retornaria aqui para o  
970 conselho em algum momento, alguma forma que nós discutiríamos. Então, eu acho que  
971 vamos retomar para este caminho. Presidente, não me consta que tenha já o decreto do  
972 prefeito starteando o processo de revisão do plano diretor, porque o processo de revisão  
973 do plano diretor, oficialmente, é um ato do governo municipal. Aqui no conselho, desde  
974 2016, provocamos este tipo de reação, fizemos os seminários, provocados a Câmara de  
975 Vereadores, participamos do seminário do Sindicato dos Engenheiros, participamos do  
976 seminário do Ministério Público, ou seja, começamos a discutir. Registra-se, a Livia,  
977 através da UFRGS, (Inaudível) com um processo de discussão, um curso de formação  
978 básico de planejadores, mas, infelizmente, com pouquíssima participação, mas também  
979 surgiu dentro desta comissão a ideia que a Livia formatou e está à disposição de todo  
980 mundo. Nós estamos em um processo, o CMDUA iniciou esta discussão, inclusive,  
981 influenciando outros setores. E a partir desta retomada eu acho que nós devemos  
982 promover alguns atos, combinar com o grupo de arquitetos, que são poucos, são 8  
983 profissionais, como que vamos evoluir nesse sentido. Uma coisa é importante, nós não  
984 concluímos a discussão do workshop, ele nos foi apresentado, depois sumiu a relação com  
985 o grupo de arquitetos. Vários motivos ocorreram a gente sabe, a turbulência de trabalho, a  
986 reestruturação das secretarias, porque estamos discutindo a revisão do plano diretor e eu  
987 estou cobrando da Ada que os meus processinhos não estão andando lá, está devagar,  
988 está levado 3, 4 meses para sair um processo. Ou seja, a vida continua e nós temos que  
989 promover esta discussão do plano diretor. Então, fico feliz, Presidente, de trazer esta  
990 discussão neste momento. Vamos fazer a nossa parte aqui no conselho e ver como



991 podemos promover. Aos conselheiros das regiões eu tenho esta ideia e quero  
992 discutir melhor, acredito que outros setores aqui das entidades não governamentais  
993 também venham propor uma maneira de se organizarem e incrementar essa discussão da  
994 revisão do plano diretor. Presidente, era isto e obrigado. **José Francisco Rodrigues**  
995 **Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu não vou  
996 querer e repetir, porque o Conselheiro Gomes, estávamos conversando, ajudei a fazer este  
997 resumo que ele acabou de fazer. Eu quis falar por dois motivos, primeiro por me chamar de  
998 “iluminati”, depois a referência da Professora Livia e a questão do Conselheiro Felisberto.  
999 Este debate começou e há críticas a este conselho. Este debate de discussão do plano  
1000 diretor começou dentro deste conselho, em 2016, com a participação efetiva dos  
1001 conselheiros da época. O interessante observar aqui é que começou o procedimento aqui  
1002 dentro, pensando nessa discussão de renovação do plano diretor. Este workshop foi muito  
1003 interessante porque colocamos lá “habitação de interesse social”, foi algo levantado, como  
1004 a regularização fundiária. Hoje o nosso grande problema no município são essas vilas  
1005 irregulares que necessitam sim dos procedimentos de regularização fundiária. Lembrando  
1006 a importância dos bairros, realmente, o Conselheiro Paulo Jorge começou este movimento  
1007 a partir de todas as discussões, que ele falava em todas as reuniões da questão da  
1008 discussão nos bairros. Então, o Paulo Jorge começou isso aí e foi aqui que começou este  
1009 debate e muito bem formulada a questão pela Professora Livia, através da UFRGS, que  
1010 montou todo este curso de capacitação. Aqui começou a discussão e nós precisamos da  
1011 participação de todos os conselheiros. É daqui que nasceu o laboratório que criou junto  
1012 com as colegas da SMURB, que muito bem colocado que parou por conta de todas essas  
1013 modificações que ocorreram. Eu espero que se estabilizem e comecem a retomar, já  
1014 estamos. Então, essa discussão começou aqui. Depois, muitos conselhos, as sociedades  
1015 de engenharia e arquitetura começaram a fazer discussões, mas depois que nós  
1016 começamos aqui, depois que estivemos na câmara, depois que teve o Ministério Público  
1017 junto. Eu tenho participado sempre que possível de todos os debates e discussões. Depois  
1018 as outras instituições começaram a discutir e com o movimento todo. Esta é a função. A  
1019 Professora Livia fala da questão ambiental, não vou me ater muito à questão, porque nós  
1020 temos o secretário aqui, nosso presidente, está aí a Bióloga Carla Faillace, que era da  
1021 SMAM na minha época, que tem um ótimo conhecimento para discutir sobre os corredores  
1022 ecológicos, que é basicamente para a manutenção das espécies, é importante isso. Então,  
1023 nós temos que preservar, que se coloca na questão da regularização fundiária. Este é um  
1024 debate que estamos iniciando, na discussão da lei de regularização fundiária. Bom, mas  
1025 era isso que eu gostaria de dizer, foi aqui que iniciou e é aqui que está dando start.  
1026 **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais –**  
1027 **SMRI:** Eu só queria retomar que ontem fizemos o lançamento da plataforma em software  
1028 livre do OP Digital. É uma parceria que a Prefeitura de Porto Alegre faz com a Prefeitura de  
1029 Madri, o que nos possibilitará ter uma plataforma, que no ano de 2019 o OP também  
1030 poderá ter uma participação digital. As pessoas poderão participar de forma digital. E ele  
1031 abre para nós um espaço de consulta. Inclusive, já lançamos essa oportunidade de uma  
1032 consulta sobre o plano de mobilidade e me parece que essa pode vir a ser uma ferramenta  
1033 bem importante para utilizarmos nessa questão dos bairros. Então, já temos uma estrutura  
1034 dos bairros, das regiões dos conselheiros e delegados, dos próprios CRIPS, os centros de  
1035 Relações Institucionais e agora contamos também com esta ferramenta. Então, informo,  
1036 mas coloco também à disposição, porque a parte de consulta já está pronta, se quisermos  
1037 startar alguma coisa amanhã, o conselho estrutura algo, porque isto já está à disposição  
1038 para que possamos trabalhar. O nome do software é Cònsul, é uma plataforma digital, que  
1039 a PROCEMPA atualizou, é um software livre. Eu tenho aqui o link, posso passar para a



1040

1041 Aline, que enviará a todos nós. Tem uma consulta sobre o plano de mobilidade,  
1042 que a gente já pode participar, ver o que não está bom e fazemos ajustes, a PROCEMPA  
1043 e o escritório de resiliência estão trabalhando juntos nesse processo. **Tânia Maria dos**  
1044 **Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde. Eu  
1045 gostaria de agradecer a Ada pela apresentação para que a gente possa entender um  
1046 pouco mais, porque para mim, como para outros conselheiros, isto é tudo muito novo.  
1047 Então, já deu para ter um vislumbre do que seria. E eu gostaria de pedir para que tu  
1048 disponibilizasses para todos os conselheiros esse material que tu trouxeste, para que em  
1049 cima disso pudéssemos passar para as nossas comunidades, começar a discutir tudo isso.  
1050 Eu queria falar também que, como o Felisberto falou, o Paulo Jorge, a professora Lívia  
1051 sobre a participação pop nesse processo todo. E a leitura dos bairros, eu acho tudo isso  
1052 muito importante. Nós já estamos organizando um seminário na RGP. 4, eu participei na  
1053 RGP. 7 muito enriquecedor. E já estamos trabalhando e nos organizando para fazer um  
1054 seminário. Como o nosso Conselheiro Gomes falou, isto é superimportante para trazer  
1055 conhecimento para nós mesmos e para a nossa comunidade, para que todos possam  
1056 discutir juntos essas reformas que são superimportantes. Também, fazendo um adendo  
1057 sobre a reestruturação, o aprimoramento das propostas, eu acho isso superimportante  
1058 darmos uma revisada no que já foi proposto, até porque já se passou muito tempo. Então,  
1059 muita coisa mudou. Era só isso, obrigada. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho**  
1060 **de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa tarde. Queria em um primeiro  
1061 momento saudar o trabalho desenvolvido pela Ada, pelos colegas arquitetos que trabalham  
1062 na Prefeitura de Porto Alegre. Eu me somo às afilas que me antecederam. Queria colocar  
1063 que talvez a apresentação não esteja à altura da importância das informações ali contidas,  
1064 confesso que daqui de longe não consigo prestar atenção, imagino que ação delicada  
1065 quando se trata da questão do debate do plano diretor se a gente for apresentar este  
1066 mesmo material em outra esfera, pode suscitar algumas colocações que podem não serem  
1067 adequadas. Então, eu sugiro que o material possa ser melhor desenvolvido para que se  
1068 torne legível pelo menos. Sobre o que foi colocado, se o material se trata de um  
1069 diagnóstico inicial técnico, seria importante que o título estivesse escrito “Diagnóstico  
1070 Básico”, “Diagnóstico Inicial Técnico”. Onde que se encerra essa questão da apropriação  
1071 técnica das informações e onde começa de fato o debate? Esta fronteira é uma fronteira  
1072 em movimento, então, temos que ter isso bem nítido e uma coesão de onde se dá esta  
1073 fronteira, senão corre-se o risco de avançarmos um pouco. O que seriam diretrizes  
1074 norteadoras? A meu ver essas diretrizes amplas, diretrizes que norteiam, deveriam já estar  
1075 na esfera do debate e não saindo como diretriz por parte da prefeitura. Isto é um debate  
1076 que podemos fazer também mais a frente. E me parece que a prefeitura, o papel dela  
1077 neste processo é um papel denso, que vai envolver diversos interesses da cidade,  
1078 ocupações, interesses de planejamento dos bairros, as construtoras, empresas, entidades.  
1079 Então, que a prefeitura assuma o papel de menos indução e mais de mediação para esses  
1080 diferentes interesses. E isso me parece que deveria ser feito desde já. O material que foi  
1081 apresentado aqui, o trabalho grande que é desenvolvido pelos colegas, parece já ser  
1082 material suficiente para dar este start do início dos trabalhos de debate. Em relação ao  
1083 processo de debate em si, eu me somo às palavras do Conselheiro Paulo Jorge. Sobre o  
1084 processo em si, assim como a colega comentou da plataforma do software em  
1085 desenvolvimento, é importante termos ciente, até por outras experiências que tivemos em  
1086 situações análogas a esta, que esses processos de participação, como bem disse a Ada,  
1087 devem somar aos processos das pessoas que (Inaudível) estarem ali. Então, se tivemos  
1088 em 1999 170 entidades participando, que ao menos a gente tenha a mesma participação  
das pessoas e o envolvimento, que também agregue as plataformas, a forma como vai se



1089 dar este acolhimento, de maneira também que a gente consiga compreender que  
1090 só a consita não é participação. Então, normalmente, quando esses processos de  
1091 participação se dão é mais em tom de consulta. Então, é muito delicado, como vamos lidar  
1092 com essas informações para que a gente possa de fato somar e ter outras ferramentas  
1093 sem que a gente extinga a participação das comunidades, porque a gente sabe que se  
1094 tornam de maneira bem mais enfáticas quando estão de forma empírica. Então, de  
1095 maneira ampliada era isso que eu queria colocar, mas quero deixar duas perguntas, se nós  
1096 vamos fortalecer os fóruns de planejamento de fato? Como? E qual o recurso que está  
1097 garantido para os instrumentos de participação? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**  
1098 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu acho que me contemplou na questão do  
1099 virtual. O importante dos fóruns regionais de planejamento, que pese fundamental a escala  
1100 de bairro, o que há legitimidade perante a lei do plano é o Fórum Regional de  
1101 Planejamento, o bairro é uma atividade complementar, mas nunca vai substituir o fórum,  
1102 jamais. Inclusive, pode haver questionamentos legais posteriormente quanto à lei. Nós não  
1103 estamos subordinados só aos (Inaudível) da cidade quanto aos regramentos de  
1104 participação, porque o nosso plano não estabelece as regras de participação, inclusive, os  
1105 fóruns. E há outro fundamental, o nosso plano prevê avaliações periódicas. Nós estamos  
1106 na ilegalidade frente ao nosso plano há 15 anos, porque desde 2003 não acontece a  
1107 conferência municipal de avaliação do plano diretor, o que deve ocorrer agora em 2019.  
1108 Então, é fundamental, até compulsório pela lei que esteja dentro da agenda de revisão a  
1109 conferência municipal de avaliação para atender o próprio plano e esta normativa legal  
1110 dele. A questão, espero que não demoremos mais 2 anos para ter uma mera apresentação  
1111 no conselho, senão restringe o papel deste conselho também no processo. Nós não  
1112 estamos aqui só para ouvir, mas também para deliberar sobre essas questões. **Felisberto**  
1113 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O bom desta  
1114 discussão é que ainda estamos vivos desde 99 e lá em 99 houve uma ampla discussão  
1115 com a sociedade, não foi um mero congresso, houve discussão em todos as RPs, foi  
1116 construído todo um processo de discussão nas, na época, 16 regiões do Orçamento  
1117 Participativo, nos fóruns, onde os técnicos da prefeitura discutiam com a comunidade e  
1118 construíam uma visão da própria comunidade. A comunidade tem consciência do seu  
1119 bairro, da sua rua. Então, foi todo um processo de construção. Tem muita gente que não  
1120 gosta desta palavra, mas eu adoro esta palavra: “construção”. Constroem-se as coisas  
1121 para que as pessoas possam assumir como suas. O importante é que a cidade é para  
1122 todos, não só para alguns. Hoje na cidade há uma exclusão de pessoas, excluem as  
1123 pessoas por sua cor, por sua condição econômica para construir uma cidade elitizada, a  
1124 cidade é diversa. A posição da RGP. 1 é bem clara, nós queremos uma cidade  
1125 democrática, participativa e inclusiva, nós queremos incluir os diversos atores que fazem a  
1126 nossa cidade. Não importante a cor, não importa o sexo, é uma construção que tem que  
1127 atender os interesses de todos e todas. E esta é a posição da RGP. 1, não é a posição do  
1128 Felisberto, eu represento uma região que sempre discute a participação. E nós lá, na  
1129 época, lá atrás, tivemos o esboço de alguns planos regionais. Houve um seminário com a  
1130 PGP. 1 onde saiu um DVD, feito na época pelo Dal Molin e pelo Allan Furlan, que eram os  
1131 conselheiros da região, na (Inaudível) e na região do Gomes houve um esboço do início de  
1132 discussão com o Conselho de Desenvolvimento, acho que foi em 2003/2004. Então, há  
1133 determinadas regiões da cidade que se mobilizaram muito bem, como a região do Paulo  
1134 Jorge. O Paulo Jorge realiza seminários e endosso as suas palavras. É uma construção de  
1135 pessoas que participam e que têm conhecimento da cidade, que vive a relação com as  
1136 comunidades. Então, temos que levar em conta os planos regionais, que são fundamentais  
1137 para que a gente possa ter uma cidade integrada, que atenda os interesses do



1138 desenvolvimento econômico, desenvolvimento social. Volto a afirmar, aqueles  
1139 eixos norteadores, não foi uma discussão para a discussão, foi fruto da discussão. Não foi  
1140 para a discussão, veio da discussão. Tem que inverter essa lógica, levar para a  
1141 comunidade o que ela tem que discutir. Aí o Orçamento Participativo tem um papel  
1142 fundamental, porque faz o diagnóstico real das situações junto às comunidades. E este  
1143 conselho aqui tem acento no Orçamento Participativo. Então, nós temos, Secretário, que  
1144 fazer uma eleição de titular e suplente para fazer parte do conselho, porque todos os  
1145 conselhos que dão acento ao Orçamento Participativo podem ter um membro no conselho.  
1146 Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**  
1147 Talvez eu tenha sido um pouco deselegante com a senhora, mas quero dizer que quando  
1148 me dirijo perguntando seu nome, enfim, é porque, primeiro, a senhora é uma pessoa  
1149 importante para a nossa cidade, todos reconhecem, como nós também nos sentimos.  
1150 Agora, jamais querendo substituí o seu saber. E eu tenho certeza que a senhora também  
1151 não teve a pretensão de apagar a linha histórica, quando me referi, porque eu sou  
1152 socióloga e trabalho muito com esta metodologia. Então, um pouco é para refletirmos  
1153 sobre isso e não para sermos arrogantes ou subestimar, não é disso que se trata. Eu sei  
1154 que não é a intenção, mas é o seu trabalho, mas nós vivemos aqui uma disputa de projeto.  
1155 Na medida em que tu apagas os símbolos de uma história, tu estás me destrutando e me  
1156 apagando. Isto nós não permitimos na medida em que estamos vivos e lutamos por isso.  
1157 Quando nós fizemos o nosso seminário... Eu sei que é chato para quem quer ouvir só  
1158 questões do seu ponto de vista, porque nós vemos nas expressões dos rostos quando a  
1159 gente fala. E eu me corrijo às vezes sobre isso, porque eu tenho o ponto de vista de  
1160 sociedade e as outras pessoas outros. A gente reflete sobre isso, até no jeito que a gente  
1161 se expressa. Voltando aqui, para ser rápida, quando fizemos o nosso seminário com a Dra.  
1162 Betânia Alfonsín, também com a Maria (Inaudível), que é sua colega aqui já aposentada,  
1163 nós temos um pendrive didático maravilhoso, que usamos na RGP. 7, e no próximo, que já  
1164 estamos marcando para o segundo semestre, que esta equipe esteja lá para nos auxiliar e  
1165 para aprender conosco, para nos somarmos, o próprio Secretário, o João Marcelo, que é  
1166 fantástica aquela equipe que esteve conosco. Então, é disto que não vamos abrir mão.  
1167 Nós não temos problema de fazermos uma discussão com debate, ter um projeto em  
1168 disputa. Eu tenho um ponto de vista, por exemplo, faço parte de uma época onde a  
1169 questão do primeiro quilombola do Brasil foi aprovado legalmente. Entende? Isto passou  
1170 por aqui, por nossas discussões, passou pelo saber desta inclusão, nós não estamos  
1171 fazendo aqui um favor de dar uma migalha para os quilombolas, mas poderia ser qualquer  
1172 outro. Não é o fato de fecharmos os olhos para a importância do mercado imobiliário, mas  
1173 o limite que ele tem quando vem o meu interesse também. Então, terminando, só para  
1174 dizer que era sobre este ponto de vista que eu me manifestava, jamais de forma ofensiva,  
1175 mas um ponto afirmativo entre a questão da fronteira e da linha histórica que foi colocada  
1176 aqui muito bem. A fronteira e a linha histórica tem toda uma constituição. E o nosso saber  
1177 tem que ser somado, aí não é a voz de uma quase anciã, é uma voz de uma história que  
1178 precisa ser respeitada e complementada daquilo que vem da modernidade para também  
1179 aprender. Muito obrigada. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de  
1180 Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Eu trago uma preocupação que é de todos, mais  
1181 especialmente na RGP. 2, com relação à geração de emprego e renda, que é a  
1182 revitalização do 4º Distrito. Eu acredito, Felisberto, que em 94, por aí, quando aconteceu o  
1183 primeiro congresso da cidade, já discutíamos e junto estava a revitalização do 4º Distrito e  
1184 não saiu daquilo que foi discutido. Isto é uma preocupação, porque eu acho que o  
1185 momento é para se avançar nessa discussão e trazer novas ideias para esta questão. Em  
1186 relação às ilhas, eu acho que lá a discussão tem que ser ampliada a todos e não só dentro





1187 daquela comunidade, face o avanço acelerado da (Inaudível) imobiliária,  
1188 principalmente, que é o cuidado de manter o meio ambiente cada vez mais protegido.  
1189 Trago algo que não ouvi aqui, mas acho importante também, até porque na época nós  
1190 participamos bastante, discutindo o transporte coletivo da cidade, o trânsito da cidade, isto  
1191 tem que fazer parte sim na discussão do plano diretor. O plano diretor não é só obra nova,  
1192 nós temos que dar oportunidade para que a (Inaudível) aconteça de forma controlada. Em  
1193 relação á moradia popular, é o seguinte, o bairro pobre continua pobre. Então, se não  
1194 viermos para cá e discutirmos uma forma de investimento equilibrado ou distribuído na  
1195 cidade, porque se pesarmos hoje Porto Alegre, Porto Alegre ficaria em uma posição  
1196 inclina. Alguns bairros têm Infraestrutura maior e melhor, aqueles bairros onde não chega  
1197 Infraestrutura, ou progresso, ou modernidade, vai ficando cada vez mais esquecido e mais  
1198 pobre. Os moradores daquela região ficam sem saída, não vai ter emprego, não vai ter  
1199 nada, nenhuma estrutura ali. É a garantia dele mesmo para morar, porque aos poucos a  
1200 própria (Inaudível) vai afastando, é natural, porque vai chegar a um ponto que não sei  
1201 como vamos fazer. Só para dar um exemplo de que às vezes as pessoas não se dão  
1202 conta, eu moro na Vila Ipiranga. O que colocaram dentro da Vila Ipiranga? Todo mundo  
1203 conhece o Jardim Europa, ninguém pediu, mas colocaram. Eu vi, é nos fundos da minha  
1204 casa, estou lá desde 70 e poucos. O Jardim Europa é um bairro nobre em um lugar onde  
1205 ele não deu nada, e se desse não estaria fazendo grande coisa, porque eu acho que é  
1206 nocivo naquele local. Não trouxe nenhuma melhoria para o resto da região, até porque já  
1207 tinha, aquela é uma região muito próxima do Hospital Conceição, da Avenida do Forte.  
1208 Então, se não tivermos a partir dessa discussão alguma coisa que possa regular em um  
1209 empreendimento novo que chega, porque tem que levar algo de bom para quem já está ali.  
1210 Não adianta só faze rum cercado, como hoje é cercado o Jardim Europa, só que tem uma  
1211 coisa, a minha frente ficou dentro da Vila Europa. Que ironia do destino, né! Então, eu  
1212 acho que é isso, temos que aproveitar este momento para discutir não só o que está  
1213 pronto, mas o que queremos para o futuro da cidade. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos**  
1214 **Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento**  
1215 **Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDDA/OP:** Bem, eu quero fazer  
1216 uma complementação em relação à Região Ilhas. A Região Ilhas em 2010 participava junto  
1217 ao Orçamento Participativo enquanto Humaitá/Navegantes, era Ilhas/Humaitá/Navegantes.  
1218 Chegou-se à conclusão que a situação local era de caráter exclusivo e diferenciado do  
1219 restante da cidade. E nós fizemos uma divisão da Região Ilhas para poder atender os  
1220 anseios específicos daquela região. E eu não enxergo de outra maneira, enquanto visão  
1221 de Orçamento Participativo, a Região Ilhas. Ela é um caso aparte da cidade, mas, ao  
1222 mesmo tempo, faz parte do território de Porto Alegre. Inclusive, estive em um evento na  
1223 sexta-feira, conversando com alguns conselheiros, eles têm intenção de criar uma região  
1224 de planejamento, na Região Ilhas, por ser uma situação específica, por tem uma APA, por  
1225 ter questões ambientais, por ter uma falta de Infraestrutura e, ao mesmo tempo, não  
1226 conseguir participar da discussão do planejamento. Até porque as regiões ocorrem  
1227 geralmente na Noroeste e eles moram lá nas Ilhas. Então, fica difícil até para abrir uma  
1228 discussão. Então, seria um ponto a ser pensado e discutido, a questão da criação de uma  
1229 região de planejamento específico para as Ilhas. Outro ponto que quero reforçar o que o  
1230 Adroaldo comentou, em relação às medidas mitigatórias, compensatórias e de  
1231 contrapartida. O que chega hoje aqui? Muitos conselheiros querem discutir isso, mas já  
1232 está discutido dentro da comissão, já foi tudo acertado e não tem o que discutir aqui dentro  
1233 do plano diretor, da forma que está colocada hoje, dentro dos processos, que levantam  
1234 todas essas questões, apropriações e outras coisas. O que está tentando colocar, no meu  
1235 ver, é que antes de uma inicial da discussão do projeto. A região de planejamento detém o



1236 conhecimento do que vai ser empreendido e que de forma vai ser empreendido.

1237 Uma síntese básica do empreendimento que vai ser atendido dentro da região de  
1238 planejamento, onde aquele conselheiro venha querer participa dessa discussão. Hoje não  
1239 acontece isso, os projetos chegam ao final aqui, é um dos assuntos, é resolver problema,  
1240 acertos, ajustes, mas não chega essa discussão. E temos que propor critérios de como  
1241 vão ser distribuídas essas medidas e essas contrapartidas dentro da região de  
1242 planejamento, que também vai poder atender, muitas vezes, as próprias demandas da  
1243 cidade, serviços da cidade. Então, seria esta a minha colocação. **Paulo Jorge Amaral  
1244 Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Só para  
1245 encerrar a minha parte, do que coloquei antes. Aconteceu aqui no conselho, em 2014, foi o  
1246 Barra Shopping, um empreendimento no Cristal que a Multiplan ia fazer, era um baita  
1247 empreendimento no Cristal. Pela (Inaudível) de Porto Alegre foi lá para Canoas, saiu lá,  
1248 Porto Alegre perdeu um empreendimento, um shopping grande da extensão do Barra  
1249 Shopping, porque Canoas tem grandes incentivos fiscais. Está lá o empreendimento...  
1250 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Ele foi  
1251 aprovado, só que levou 6 anos aqui. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de  
1252 Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** O que eu quero colocar é que muitas coisas  
1253 entram no plano diretor, mas tem que ser discutido nos bairros, porque a comunidade  
1254 precisa saber. O maior crime que existe é fazer empreendimento em Porto Alegre e não  
1255 fazer nada. Estão lá, moram, não pagam nada, mas também não são donos. E quando  
1256 tem um empreendimento a prefeitura não (Inaudível) para as pessoas. O que é isso? É o  
1257 maior crime que existe hoje, crime de banditismo. As pessoas moram lá há 50 anos, as  
1258 pessoas perdem para o empreendimento, a prefeitura vai lá e (Inaudível) de cada um,  
1259 depois do jogo ganho criam regras. E uma das regras que foram criadas, que nós  
1260 conquistamos em 2011, que cada morador podia receber um dinheiro e comprar a sua  
1261 própria moradia. Agora não, acabou, você vai ganhar um dinheirinho e vai ter que ter  
1262 Habite-se. Imagina só, quem vai vender no Bairro Santa Teresa, no Teresópolis, uma casa  
1263 por R\$ 30 mil? Nunca! Só nas pororocas. Quer dizer, tem que sair dali, aí vira regular. Se  
1264 legalizar essas vilas, se cada um pagasse um “x” por mês, uma contrapartida social, mas  
1265 não. Vamos fazer revisão para quem? Revisão para o Alphaville, para a Melnick, para a  
1266 RBS. Agora, para aquele que vive no Beco do Mijo, no Beco do Padre, nas vilas, não, são  
1267 tudo vileiros, no meio do mato, no meio do lixo, vão ficar igual. Não legalizam nada! Então,  
1268 para mim a construção do plano diretor, eu estou aqui porque acredito, mas é uma  
1269 mentira, ilusão. Para quem tem dinheiro sim, concordo, mas para aquele que está no meio  
1270 do mato... Meu Secretário Maurício, eu vou-lhe convidar para caminhar no Morro Santa  
1271 Teresa, o senhor vai ver horrores, as pessoas morando no meio do lixo e da merda, da  
1272 sujeira. É Porto Alegre! Cada secretário e prefeito que entra não resolve! Aí um dia vem  
1273 uma empresa grande, compra, aí resolve, né! Aí resolve! Presidente, desculpe eu falar,  
1274 mas agora é a regra do prefeito. Nem é do prefeito, é regra do DEMHAB, dizendo que a  
1275 família que não tem condições não tem que ter moradia. As pessoas vão ficar na rua, sem  
1276 nada. (Inaudível). Aí vão tudo morar na Borges, morador de rua. Obrigado. **Lívia  
1277 Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –  
1278 UFRGS:** Novamente, tenho que concordar com o Conselheiro Paulo Jorge. A população  
1279 que saiu da Cruzeiro para o aluguel social e hoje não está mais recebendo aluguel social,  
1280 isso é de uma crueldade absurda. Isto é, absolutamente, indignante, porque houve uma  
1281 combinação da prefeitura com esta população. Agora, para quem esta população vai  
1282 reclamar? Só aqui mesmo. Então, eu acho que é nosso papel nos manifestarmos a  
1283 respeito desse tipo de coisa. Como pode a população ter sido retirada das suas casas,  
1284 estavam recebendo o aluguel social e não estão mais recebendo. O que isso significa? Aí



1285 eu me pergunto, eu vejo todo mundo se perguntar: que cidade é esta!? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu não ia falar, mas vou falar como conselheira da SMDE. O que tenho para dizer, até considerando o que todos os colegas comentaram, queria pedir para baixar um pouquinho os ânimos, porque entendo e sempre entendi a manifestação da Ada como vir a este conselho buscar colaborações, essa que é a intenção dela. A equipe toda está de peito muito aberto trabalhando de maneira, absolutamente... Tentando utilizar melhor técnica, tentando colher as opiniões da melhor maneira possível. Então, gostaria de pedir, porque eu fiz parte, hoje estou na SMDE, mas quero muito colaborar, assim como entendo que todos querem colaborar. Então, a ideia é que todos colaborem, essa que é a intenção. O que eu queria falar, enquanto técnica do município, porque eu vejo muitos, principalmente aqui, o pessoal do fundão, né, dizendo que tem que ouvir a comunidade, porque o técnico não pode tirar da própria cabeça a ideia. O que quero dizer é que nós, como servidores públicos, vocês me veem lidando com os grandes empreendimentos, mas a gente lida com todas as pessoas, a gente ouve a reclamação, a demanda de todas as pessoas. Inclusive, quando eu estava trabalhando no planejamento ia nas comunidades e fazia muita questão de ouvir, porque é muito importante ouvir as pessoas. E a gente valoriza isso. Entendem? Assim como a gente ouve e tenta trabalhar resolvendo os problemas da cidade, de todas as pessoas e todos os dias, a gente identifica que tem problemas no instrumento sim. Embora os princípios, tudo aquilo que foi pacto da sociedade, como a Ada diz, está ali e está muito bem escrito no plano diretor, na hora de aplicar a gente não consegue. Todos os problemas, vocês citaram a Multiplan, porque é um grande empreendedor, porque a pessoa da regularização fundiária não tem acesso, porque o pequeno não consegue resolver. Tudo isso aí é o problema do instrumento, porque nós temos que corrigir. E é o nosso papel técnico identificar: olha, sociedade, vocês querem um determinado tipo de sociedade? Eu acho que todos aqui estão de acordo com o tipo de sociedade que se quer, talvez alguns queiram um pouquinho diferente, tanto que a equipe da Ada está fazendo proposição por bairros. Assim, não adianta ter um monte de ideias lá se não funcionarem. Isso está especificado na apresentação da Ada que hoje o instrumento que nós temos não funciona, não está funcionando. Eu posso pegar a citação de quase todos vocês, os problemas, as contrapartidas, a regularização fundiária, o grande que ganha tudo. Tudo isto está cumprindo a regra, ou como a regularização fundiária que não tem regras. O plano diretor fala que deve ser o programa tal, mas não existe. Hoje a regularização fundiária está na minha equipe, estamos trabalhando muito, porque achamos muito importante, a parte do planejamento, que tem o DEMHAB, a própria prefeitura tem toda uma estrutura para isso. Agora, dentro do planejamento sim, a (Inaudível) está prevista e nós temos o escopo de integrar esta população dentro da cidade, não simplesmente o não regramento que nós temos hoje. Então, hoje pegamos um processo, o técnico não sabe o que fazer, muitos ficam parados. Bom, o servidor público atua dentro da lei, a gente atua dentro do que a gente pode. Então, como vamos fazer? Vamos arrumar o instrumento, que é falho sim, tem problemas. Então, vamos tentar ouvir a sociedade e dizer: o que vocês querem? Queremos isso! Ok! Como fazer? Nós servimos a sociedade para isso, para tentar dar o fruto. Era só isso. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bom, eu queria colocar uma questão, além de todos os pontos que a Patrícia colocou, o que eu procurei apresentar a vocês é para vislumbrarem um pouco das dificuldades que temos da aplicação desse instrumento plano diretor, a questão da sua institucionalização como hoje está em termos de estrutura e a questão financeira. São três vertentes fortes de discussão que temos que ter. É preciso sim que vocês percebam que fazendo esta discussão por



1334 bairro, tanto tendo o diagnóstico e proposta técnica, quanto ter o diagnóstico a  
1335 partir da sociedade, proposta a partir da sociedade e juntando essas duas coisas, a gente  
1336 passa a ter um orientativo por bairro de contrapartidas. Então, entendam o poder que é  
1337 olhar para o bairro, porque hoje olhando para a região de planejamento a gente não  
1338 consegue descer na escala para enxergar as contrapartidas, enfim, poder ver daí formas  
1339 de financiamento. Então, estamos propondo um aprimoramento muito grande que hoje  
1340 tem. Curitiba olha planos de região, São Paulo tem planos de região e de bairros. A gente  
1341 quer fazer isso para justamente criarmos toda uma assertiva do poder público e dos técnicos  
1342 para poder viabilizar as coisas. Hoje a nossa regra está apenas na escala da cidade ou na  
1343 escala do lote, o meio do caminho não existe. No mais, este material vai estar disponível a  
1344 vocês. Eu faço questão de ler isto a vocês, colocamos 17 regiões de OP, 08 regiões de  
1345 planejamento nesse grupo ampliado com a sociedade, associações de moradores,  
1346 cooperativas, produtores rurais, escolas de ensino médio e fundamental, rede pública e  
1347 privada, instituições de ensino superior, órgãos da segurança pública, setor hospitalar, IAB,  
1348 OAB, CAU, CREA. Se acharem por bem outros, por favor, indiquem. Governo do Estado,  
1349 Assembleia do Estado, Câmara de Vereadores, Ministério Público, sindicatos, ONGs,  
1350 associação de empresas, setor privado, movimentos sociais e conselhos. Procuramos  
1351 varrer toda essa diversidade. Certo? Então, estão aqui sim os fóruns, as regiões. **Tânia**  
1352 **(Manifestação fora do microfone/sem identificação):** Esta sala não é adequada para  
1353 exposição, a gente não enxerga absolutamente nada, porque é muito claro. Outra coisa,  
1354 tela é muito pequena, não adianta falar se a gente não vê nada. **Maurício Fernandes,**  
1355 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Dona  
1356 Tânia, nós vamos tentar colocar uma TV ali no meio, só que não temos dinheiro para nada,  
1357 nem os microfones funcionam. Este prédio também não tem o sistema adequado de ar-  
1358 condicionado, de elevador. Então, com muita dificuldade a gente encaminha. **Lívia**  
1359 **Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**  
1360 **UFRGS:** Mas o problema é este projetor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
1361 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** É a lâmpada, nós já vimos que é a  
1362 lâmpada. Não sei se vocês perceberam, mas amarelou. Vamos voltar. O Felisberto  
1363 colocou a questão do OP, o Emerson é o representante do OP, o senhor colocou de ter um  
1364 lá. Vamos ver. A questão dos ODS, quando a ONU definiu 17 objetivos de  
1365 desenvolvimento sustentável. No mundo inteiro as nações, os estados membros, os  
1366 governos locais, empresas, instituições, todas elas estão faltando as suas ações nos ODS.  
1367 Quando validamos essa questão dos ODS, para que esses ODS não se tornassem os 17  
1368 capítulos do plano, foi feito um cruzamento de promoções que se chegaram aos 12 temas  
1369 e isto é uma agenda global, o mundo inteiro fala essa linguagem. Se algum tema for  
1370 levantado de que não se enquadra em nenhum ODS, olha, eu tiro o chapéu, admiro, pago  
1371 uma garrafa de água aí e um almoço. São 278 pontos absolutamente estudados, que  
1372 colocam com a adoção desse critério para uma renda global, de diretriz e, quiçá, porque é  
1373 o que a gente busca, de investimentos. Consulta, nós fizemos uma pesquisa onde a  
1374 tecnologia da informação vem a responder. Cláudia, fico muito feliz com a tua colocação,  
1375 porque o sistema mais adequado, que era o sistema utilizado, o conceito utilizado em  
1376 várias partes do mundo, era desenvolvido aqui no Rio Grande do Sul se tornou muito caro,  
1377 quase que inviabilizando. E essa abertura de agenda com Madri nos dá uma esperança,  
1378 essa agenda vamos intensificar com a SMRI, porque não podemos conceber em pleno ano  
1379 de 2018 que só quem vá nas reuniões que possa participar. Em 99, no plano de 99, tem  
1380 nos anais, 2 mil pessoas, mas 2 mil pessoas não é nada, é muito pouco. Então, quem não  
1381 pode ir às reuniões vai ter essa tecnologia da informação para contribuir. Substitui? Óbvio  
1382 que não, mas vai ampliar. Este é o processo, não se afasta nenhum processo e se amplia.



1383 Vocês falaram aqui que este debate iniciou aqui dentro, então, não podemos  
1384 dizer que não há debate, nós estamos em um debate, então, se estamos em um debate  
1385 não pode dizer que não tem debate. Este processo nunca parou, deveria estar mais  
1386 avançado, mas trabalhamos com uma realidade posta, de dificuldades, de carências e a  
1387 cidade não para. Não podemos apertar um botam para parar todos os processos e vamos  
1388 trabalhar só no plano diretor. Nesta reunião de hoje eu quero que todos se sintam  
1389 incorporados ao processo, porque este processo está longe de estar em constante  
1390 crescimento. Fizemos duas rodadas de manifestações. Agora vou seguir a Ordem do Dia.  
1391 O ponto 3.02, Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
1392 **Sete – RGP. 7:** Já está chegando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
1393 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Enquanto isso vou passar ao  
1394 Rafael. **4.1. Apresentação da proposta de revisão do Regimento Interno pela**  
1395 **presidência e entrega de emendas. (Todas as emendas deverão ser entregues à**  
1396 **presidência até o término da reunião do dia 07/08/2018).** **Rafael Pavan dos Passos (2º**  
1397 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Questão de Ordem. Eu gostaria  
1398 de questionar, foi apontado pela nossa titular da IAB na reunião passada sobre a questão  
1399 de que o regimento também seria tratado não como um ponto de pauta, mas como  
1400 comunicações. Ou seja, o calendário sugerido, ou pelo menos meramente apresentado na  
1401 reunião passada, deveria passar por alguma aprovação. Pelo visto a Lei nº 661/2010 diz  
1402 que é competência do pleno do conselho elaborar o seu regimento, ainda que... Bom,  
1403 temos o decreto. É importante colocar, não sei se todos sabem, o decreto está *sub judice*,  
1404 há uma ação civil pública de iniciativa do Ministério Público que questiona o decreto 2003.  
1405 Logo, também questionamos discutimos com tanta brevidade o regimento interno, que  
1406 está subordinado ao decreto, sendo que o decreto está sendo questionado pelo Ministério  
1407 Público. Então, a minha Questão de Ordem, presidente, é atendimento ao limite de hoje  
1408 para apresentar as emendas, entendendo que este calendário não foi aprovado. E antes  
1409 que a gente discuta conteúdo não houve um debate sobre a metodologia, como a minha  
1410 titular colou na reunião passada, consta em ata, como vai se dar a relatoria final desse  
1411 regimento. Ela sugeriu uma comissão, etc. e tal. Então, a minha Questão de Ordem é esta,  
1412 que não se acate este calendário, a não ser que seja aprovado, aí como comunicação isso  
1413 fica impedido de ser votado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
1414 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Hoje não é votação. Não está aqui como votação.  
1415 Nós definimos um calendário, quando digo “nós” é a Secretaria, definimos um calendário  
1416 porque as coisas têm que ter início, meio e fim. Não pode ficar *ad aeternum* sendo  
1417 discutido. A questão de comissão, o que eu coloquei na reunião? Que as comissões  
1418 podem ser criadas por vontade própria dos conselheiros, inclusive, apresentar emendas  
1419 em conjunto, não há nenhum problema quanto a isso. Então, é um trabalho voluntário,  
1420 quem quiser fazer argumento em conjunto, evidentemente, é respeitado, é possível. Isto  
1421 deixei bem claro, deve estar em ata. No sentido de protelar a discussão, no sentido de criar  
1422 a comissão para relatoria, eu acho que temos que objetivar e identificar qual a finalidade  
1423 do processo. Há uma proposta de revisão do regimento e essa revisão está posta para o  
1424 conselho dentro do calendário. Quer dizer, este calendário não pode ser interpretado como  
1425 forma de tolher participação. Foram 15 dias de colocação, este é um ponto. Agora estamos  
1426 em um ponto de pauta, o levantamento desta Questão de Ordem eu acho que está  
1427 antecipado, conselheiro, porque quando chegarmos no ponto de pauta podemos fazer a  
1428 discussão. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**  
1429 **IAB/RS:** Não, desculpa, mas se hoje é meu prazo para entregar a emenda, tenho que  
1430 questionar, porque daqui a pouco já é o prazo de teto da reunião. Então, estou  
1431 questionando em tempo para que não se encerre a reunião e a gente não tenha



1432

entregado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**

1433 **Ambiente e da Sustentabilidade:** Perfeito. Compreendo. Exatamente, hoje é o prazo.  
1434 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:**  
1435 Mas quem aprovou este prazo? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal**  
1436 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Nós, a presidência e o conselho. Nós  
1437 colocamos uma metodologia. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade**  
1438 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Conselheiro, eu quero me colocar na mesma  
1439 posição do Conselheiro Rafael, eu acho que vamos precisar discutir mais essas datas. Eu  
1440 estou com problema na minha universidade para fazer esta discussão, nós estávamos em  
1441 férias, os professores não estavam, eu não estava em Porto Alegre, enfim, período de  
1442 férias. Nós não conseguimos fazer essa discussão, eu acho importante trazermos esta  
1443 contribuição. Então, eu acho que tem que haver o bom sendo entre todos nós aqui, uma  
1444 concordância de que não é possível que a gente tenha esta data sem ter sido discutida e  
1445 acordada entre nós. A segunda coisa, peço licença para dizer, porque sou há muitos anos  
1446 professora, 23 anos mais especificamente. Assim como o Furtado é professor,  
1447 provavelmente o senhor (Presidente) seja professor, a Ada é professora e vários aqui são  
1448 professores. Nós sabemos que mais de 2 horas, 2h30min de continuidade de atividade  
1449 intelectual é absolutamente improdutivo. Estamos tendo um trabalho aqui que é uma  
1450 atividade intelectual de pensar e discutir as questões da cidade. Eu acho que seria de  
1451 muito bom sendo se a gente entendesse e concordasse de que não é possível termos  
1452 reuniões na parte da tarde que durem 4 horas. É improdutivo. Eu estou morta de dor de  
1453 cabeça, isto não existe em nenhum lugar, não se faz reuniões de 4 horas, a não ser em  
1454 cargos políticos, da decisão da ONU e de não sei o que. Aqui não se trata disso. Então,  
1455 precisamos ter consenso de bom sendo para que isso tenha uma organização onde as  
1456 pessoas se sintam confortáveis de trabalhar e discutir este trabalho que é em prol da  
1457 cidade. Não se trata de levar a cada momento tudo como uma quebra de braço. Eu acho  
1458 razoável do ponto de vista metodológico que se entendam essas questões que o Rafael  
1459 colocou. É impossível ter 4 horas consecutivas de discussão de trabalho intelectual, é  
1460 impossível! Então, peço, por favor, que a gente reconsidere este horário. Eu não vou ter  
1461 nunca suplência na universidade, todos os outros professores, meus suplentes, dão aula  
1462 na terça-feira à tarde. Isto não estava combinado! Então, tem coisas fundamentais, como o  
1463 horário, que a gente inicie uma discussão real deste regimento, de forma que seja  
1464 consequente para todos nós. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**  
1465 **Planejamento Um – RGP. 1:** Nós da RGP. 1 tivemos reunião na segunda-feira e tiramos  
1466 um indicativo de qual a nossa posição aqui. Nós tiramos duas alternativas, a primeira é a  
1467 proposta de apresentar um substitutivo ao regimento apresentado pelo nobre procurador  
1468 do município, que a nosso ver não tem as regiões de planejamento. Na nossa visão há  
1469 uma falha legal no regimento, pelo menos deveria dar um norte para as outras regiões de  
1470 planejamento. Aí temos o exemplo do Orçamento Participativo, que é um regimento feito  
1471 pelos conselheiros, pela cidadania, que todas as regras estão lá, com algumas  
1472 imperfeições, é evidente, mas estão lá e devem ser cumpridas pelos conselheiros, que lá  
1473 fazem o papel dos delegados e conselheiros. No nosso regimento aqui em nenhum  
1474 momento fala do papel dos delegados, que são eleitos tanto quanto nós. Então, é isso, não  
1475 é tentar polemizar, criar conflito, é fazer um debate que seja uma construção, talvez isso  
1476 implique em tempo, mas não importa. O que não podemos é atropelar o processo. aí estou  
1477 com a Professora Livia, fui educador por 10 anos em Canoas, de sala de aula noturna e  
1478 concordo, mais do que 2 horas é improdutivo, porque as pessoas não aguentam.  
1479 Imaginam no noturno, que era o caso das pessoas que vinham muitas vezes sem comer  
1480 para ter uma aula até às 10 horas da noite. Então, não tinha condições, era um esforço



1481 sub-humano de pessoas que trabalhavam durante o dia e iam à noite aprender,  
1482 adquirir conhecimento. Eu também estou com o Rafael, há uma questão *sub judice*, houve  
1483 um despacho do juiz agora, pena que o Rafael não trouxe, em que determina a citação do  
1484 município no plantão, porque o município estava se negando a receber a intimação, e para  
1485 definir a questão da liminar. Então, Secretário, nós precisamos chegar a um denominador  
1486 comum, não ao extremo. Nós queremos construir uma solução para este processo e não  
1487 esperar que a decisão venha do juiz. Nós somos bastante adultos para construir uma  
1488 alternativa neste processo. E tem muitos conselheiros que não vieram porque estão no seu  
1489 horário de trabalho. Outra questão, que é uma visão minha, nós não discutimos a pauta, a  
1490 pauta vem imposta. Eu como conselheiro não aceito pauta imposta, não aceito. Isto é um  
1491 cacoete da democracia participativa. A pauta do Orçamento Participativo é pautada pelos  
1492 conselheiros, não é o governo que pauta, o governo tem uma coordenação que discute a  
1493 pauta que vai ser discutida na reunião, mas tem que ter o aval dos conselheiros. Talvez  
1494 isso seja um vício da democracia participativa, oxalá, seja vício de todos os conselhos. Era  
1495 isto e obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Felisberto, a pauta não é de governo, é da cidade, os  
1496 processos que chegam no conselho nós temos a responsabilidade de responder. Se  
1497 pegarmos a pauta de hoje, nenhuma é colocada pela presidência do conselho, é uma  
1498 pauta da cidade, que passa nas comissões, tem demanda, funciona assim, é pautado. Em  
1499 nenhum momento a ideia é de tolher debate, só que temos que ter uma regra no jogo,  
1500 senão a coisa não vai para frente. E vocês percebem que é uma preocupação minha que  
1501 as coisas caminhem para frente, que não fique circulando, para a reunião não ficar  
1502 desgastante. Assim, nós temos a reunião ordinária para o dia 21 e podemos passar uma  
1503 semana para frente e receber qualquer forma, seja substitutivo, seja emenda individual,  
1504 conjunta, em nenhum momento isso vai tolher qualquer direito de manifestação para o dia  
1505 21. E a partir do dia 04/09 a gente começa a avaliar as emendas ou substitutivo, mas  
1506 substitutivo é uma forma de emenda. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, são 17h45min, saí de casa às  
1507 13h15min, para quem trabalha e vive... Só fica aqui quem é funcionário público. Eu  
1508 trabalho no Hospital São Pedro e fico toda a tarde na rua? Tudo bem. É um horário  
1509 cansativo, não está avançando, o que é a minha preocupação. As pessoas que precisam  
1510 ter seus projetos aprovados estão aqui parados. Ou seja, se não tem projeto não tem  
1511 emprego. Primeiro, como que essas empresas estão funcionando desde que esses  
1512 projetos estão aqui? Segundo, Secretaria, reunião à noite, se todo mundo quer, faz como  
1513 Dom Pedro – se é para o bem do povo eu fico! (Risos). Das 18 às 20 horas é um horário  
1514 bom. Para o governo também é bom. Se queremos à noite, faz à noite. À tarde é  
1515 cansativo, para tudo, muitos dependem do ganha-pão, as pessoas se sacrificam. Então, é  
1516 voltar para a noite. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Questão de Ordem. Eu tenho medo que esgote a pauta e eu preciso entregar a  
1517 ata, oficialmente, da Macro 10, para poder tomar posse na próxima reunião. O senhor me  
1518 entende? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Conselheira, a ata está entregue. Vou dar o recibo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu quero tirar uma foto.  
1519 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, tiraremos foto, uma *selfie*. (Risos). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Isto é importante, não é pouca coisa  
1520 o que está acontecendo aqui, é a Macro 10 que está entregando a ata, que foi feita uma  
1521 reunião, conforme os ditames da lei, as normativas legais. Então, estamos entregando ao  
1522 senhor porque queremos tomar posse no próximo Comitê Gestor da Macro 10. Nós temos



1530 que criar um fundo de 1,5 milhões de um PSF da Região Lomba do Pinheiro. E a  
1531 secretaria tem um papel fundamental, de destaque. Quando tem que ser elogiado, quando  
1532 a coisa é séria, tem que ser dito. Então, meus parabéns, o João Marcelo e a Cíntia  
1533 estiveram, de forma honrosa fizemos tudo dentro dos trâmites legais e estamos muito  
1534 felizes para tocar este projeto adiante. Muito obrigada. (Aplausos). **Maurício Fernandes,**  
1535 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Maristela  
1536 Maffei, ex-vereadora, grande líder comunitária, merece todos os elogios. Sérgio. **Sérgio**  
1537 **Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**  
1538 Presidente, não sei como esses itens deveriam estar, como comunicação, mas tem outro  
1539 item que não estava aqui e que na outra reunião que fizeste na SMAMS também nos foi  
1540 enviado logo em seguida o regimento interno e a resposta referente aquelas quatro ou  
1541 cinco perguntas, que foi elaborada uma carta com vários conselheiros, que era sobre o  
1542 decreto do próprio conselho. Hoje não está aqui. Nós não debatemos este assunto. Então,  
1543 por exemplo, este assunto está voltando, por exemplo, o horário, a frequência, fora os  
1544 outros itens, eu acho que nós temos que voltar como primeiro item da semana que vem.  
1545 Volta e meia a gente reclama a questão do horário. Esta vai ser a quarta reunião e não  
1546 debatemos sobre o horário e frequência. Então, solicito, temos que abordar este tema.  
1547 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
1548 **Sustentabilidade:** Na reunião passada foi entregue a resposta formal, foi feita a pauta do  
1549 tema, conforme prometido. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**  
1550 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas não debatemos... **Maurício Fernandes,**  
1551 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Mas  
1552 estamos debatendo agora. É um ponto de pauta. (Falas concomitantes). Agora que eu  
1553 lembrei, apertou o tempo no final, demos a resposta da FRAPRT, que foi entregue a  
1554 resposta por escrito sobre o decreto, mas todo mundo recebeu por escrito a manifestação.  
1555 O Gomes quer apalavra. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
1556 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário, Presidente, de todas as alterações que estão  
1557 sendo propostas, existe uma alteração que está realmente causando uma série de  
1558 situações, digamos assim, desagradáveis para nós, uma situação que não se esperava.  
1559 Nós fomos eleitos para trabalhar à noite, não fui eleito para trabalhar de dia, ou eu  
1560 reforçaria a história dos suplentes. Eu tenho encontrado este desconforto na maioria das  
1561 pessoas com quem converso. A Lívia colocou uma questão importante, a experiência  
1562 desse pessoal da educação acaba caindo a ficha, que é o cansaço, o desgaste que temos  
1563 nessas reuniões, que são muito longas. Eu não teria a menor dúvida que o trabalho que se  
1564 desenvolvia até alguns meses atrás, com as reuniões noturnas e toda semana, eram muito  
1565 mais produtivas e mais tranquilas, no sentido de estarmos com muito mais energia para  
1566 dar conta dos processos. Eu sei que a pauta é grande, parece que os processos estavam  
1567 repesados e vão começar a vir em grande quantidade. Ainda temos esta situação da  
1568 mudança de regime, o decreto novo. Substancialmente, as alterações eu acredito que não  
1569 sejam tão radicais, que possam acontecer, vai ter polêmica, vão discutir, enfim, mas  
1570 grandes alterações eu não acredito que tenham. O que está incomodando é a o horário  
1571 das reuniões para a maioria. Já são 18 horas e não entramos na Ordem do Dia. Por ser  
1572 quinzenal nós vamos embarrigar a discussão, inclusive, do regimento interno, que eu fiz  
1573 uma proposta, a gente propôs. Eu não acredito, não aceito que a gente impôs, não, a  
1574 gente propôs. Agora a gente pode contrapor e tal, mas aí se embarriga para mais 15 dias,  
1575 no outros 15 dias que vamos conversar. Ou seja, vai a 30 dias para começar a discussão  
1576 do regimento interno e nós a contragosto, e não diga que seja a maioria a contragosto,  
1577 mas por respeito aquelas pessoas que foram eleitas para trabalhar à noite. Isso está  
1578 alterando até os hormônios aqui dentro. Então, eu peço que o poder que o Presidente tem,





1579 porque o Presidente pode convocar para qualquer horário a reunião, que já  
1580 convocasse as próximas para às 18 horas. É um pedido que eu faço, já que eu não tenho  
1581 esta possibilidade de colocar em votação, porque se eu pudesse colocaria e voltaríamos a  
1582 trabalhar às 18 horas. Presidente, peço que reconsidere e que possamos voltar para o  
1583 horário das 18 horas. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal**  
1584 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Senhores, se vocês analisarem a pauta,  
1585 tirando o que foi apresentado na última reunião, os outros são só de gravame, coisas  
1586 simples. Então, eu proponho de aprovarmos em bloco. Claro, como são 18 horas vamos  
1587 respeitar, porque muitos já foram embora. Qual é a situação? No momento em que há uma  
1588 judicialização do decreto, agora vamos ter que aguardar a decisão, não tem o que fazer,  
1589 não posso entrar nisso aí. Então, a questão do decreto é a justiça que vai decidir. O horário  
1590 está lá, a ação está discutindo o horário, vamos aguardar a posição da justiça. **Emerson**  
1591 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade,**  
1592 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:**  
1593 Assim, o objeto da questão é o decreto, todos tem entendimento disso. Se alterarmos o  
1594 regimento interno, o próprio regimento várias vezes cita o decreto. Então, vamos concordar  
1595 conforme está o decreto. Se teve esta ação judicial, temos que encontrar uma forma,  
1596 porque o conselho também não pode ficar refém do Secretário. Desculpa, Secretário. O  
1597 conselho tem o poder de deliberar as situações aqui dentro. Eu acho que temos que ter  
1598 este entendimento, ou vai chegar o momento, e eu não quero que aconteça isso, este  
1599 conselho vai trancar pauta, de não ter quorum para iniciar uma reunião. Acredito que não  
1600 vá acontecer isso, mas da forma que está sendo conduzido, de não o entendimento entre  
1601 o conselho e a secretaria, vai chegar a este ponto. Daqui a pouco as pessoas não vão vir  
1602 mais na reunião e vai trancar a pauta, o que vai ser muito pior. Nós temos que chegar no  
1603 meio ponto, que é a questão do horário. Nós vamos vendo o que dá para organizar, de  
1604 forma que agrade tanto a secretaria, quanto o conselho que aqui participa. Obrigado.  
1605 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**  
1606 Secretário, quem abriu a ação foi o Ministério Público, a partir do novo código de processo  
1607 civil há possibilidade de audiência de conciliação, o art. 334 do longo CPC. Então, nada  
1608 impede que as partes harmonizem seus interesses aqui dentro. E o conselho, como o  
1609 Emerson falou, indo ao encontro da proposta do Gomes, nós temos este poder de decidir  
1610 qual o melhor horário, qual é a pauta. Nós temos que chegar a um denominador comum.  
1611 Nós estamos com problema de horário e tem algo mais sério ainda, antes se recebia 4  
1612 jetons, hoje são 2 jetons por mês, não é o problema o valor, mas que isso também é uma  
1613 ilegalidade, que não foi tocada na ação civil pública do MP. É outra ilegalidade. A primeira  
1614 é o horário, a segunda é o ato autoritário, que o senhor pode delegar a presidência para  
1615 quem quiser, que é uma ilegalidade, porque nós temos que eleger os vice-presidentes, isso  
1616 é tanto das entidades quanto das regiões de planejamento. Não é um confronto com o  
1617 senhor, porque o senhor tem uma atuação exemplar, mas nós precisamos chegar a um  
1618 denominador comum, não tem como. Eu não me sinto, digo em nome da minha região,  
1619 não me sinto á vontade de votar nenhum projeto, mas já aprovei dois, contra minha  
1620 vontade, mas votei dois. O Emerson foi brilhante, ninguém, quer trancar a pauta, mas  
1621 daqui a pouco vai acontecer isso, porque vai faltar quorum. As pessoas tem que ganhar a  
1622 vida, tem que sobreviver. Então, é uma questão de bom sendo. Avaliem, nós vamos ter 15  
1623 dias para amenizar um pouco essa surpresa. Agora não temos mais *quorum*, mas acho  
1624 que temos que chegar a um denominador comum. Se não der para construir tudo, mas  
1625 pelo menos a parte deste conselho, porque este conselho tem que ser democrático e com  
1626 a participação dos eleitos. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
1627 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A questão judicializada vai ser



1628 decidida na justiça. Nada do que a gente decide é absoluto. Já conversei com os  
1629 conselheiros, até de forma individualizada, para tentar encontrar um meio termo aí. O fato  
1630 da judicialização, o Ministério Público que fez a ação, mas fez provocado. Quer dizer, foi  
1631 escolhido um caminho... (Falas concomitantes). É. O que eu coloco? Na terça-feira que  
1632 vem, como não conseguimos votar nenhum processo, sugiro que a gente fala uma  
1633 extraordinária à noite. Seria um meio tempo, 15 dias, porque me preocupa. Esses  
1634 processos que estão aqui, gravame, são muito simples, são coisas muito pequenas, tem  
1635 só um EVU aqui. Então, terça-feira que vem, não vi como está a agenda, as coisas, mas  
1636 eu devo enviar a vocês uma convocação extraordinária, para não falar de regimento, é  
1637 aprovação. Uma pauta específica de aprovação. E o regimento, esses 15 dias aí, o Gomes  
1638 falou do prazo, não sai em prejuízo, porque ganha mais tempo. Então, o regimento vai ser  
1639 pautado para a entrega das emendas dia 21/08 com votação a partir de 04/09. Então,  
1640 vamos encerrar? Maristela, chegou o processo? Vamos aprovar? **Rafael Pavan dos**  
1641 **Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só tenho uma  
1642 pergunta, o senhor vai revogar o artigo do decreto para poder convocar a reunião às 18  
1643 horas na terça que vem? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
1644 **Planejamento Seis – RGP. 6:** É extraordinária, está prevista. **Maurício Fernandes,**  
1645 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Desde a  
1646 primeira reunião, Rafael, eu fui bem claro, que podemos fazer reuniões extraordinárias a  
1647 qualquer horário. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do**  
1648 **Brasil – IAB/RS:** Só gostaria que ficasse registrado que, obviamente, a etapa do diálogo e  
1649 debate trouxemos aqui, trouxemos o nosso posicionamento, mas a intransigência da  
1650 Secretaria está sendo demonstrada não só anti este pleno do conselho, como anti o  
1651 Ministério Público agora, como o senhor já colocou a decisão de intransigir e deixar que o  
1652 judiciário decida. O senhor sabe muito bem que poderia refogar o decreto ou alterar no que  
1653 o MP está questionando e levar ao para, que poderia retirar a ação. Então, optamos  
1654 primeiro por: estamos questionando. Isso foi encaminhado publicamente, o MP foi mais um  
1655 dos que foi informado da situação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
1656 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não tem problema, agora é o  
1657 judiciário quem vai decidir. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**  
1658 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só queria dizer, como tu disseste que foi para o  
1659 Ministério Público, alguém entrou, mas não foram todos. Então, alguns estão sendo  
1660 prejudicados. De alguma forma tem que haver este diálogo independente ou ver como  
1661 fazer. (Falas concomitantes). Estou trazendo que estamos sendo prejudicados de alguma  
1662 maneira. Temos que pensar nisso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
1663 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A Maristela está com o processo na  
1664 mão ali. **3.02 (Expediente: 002.202265.00.6, Interessado: Grêmio Geraldo Santana,**  
1665 **assunto: EVU de Edificação).** **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**  
1666 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretário, conversamos com a diretoria. Na  
1667 verdade, como não há consolidação da questão da matrícula, só após isso que vamos  
1668 sentar novamente com eles. A gente sabe que não pode mais ter vista, mas a comunidade  
1669 vai fazer este procedimento lá. Em princípio, está tudo ok, o que tem é essa questão de  
1670 regulamentação só, porque é uma responsabilidade deles e não nossa aqui. **Maurício**  
1671 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
1672 **Sustentabilidade:** Sim, não depende da aprovação. Conselheiros presentes, quero só  
1673 fazer uma pergunta, a Conselheira Maristela pediu vista porque havia dúvidas no pessoas,  
1674 está tranquilo,. Podemos votar por aclamação esse processo para pelo menos um a gente  
1675 despachar? (Falas concomitantes). Fica para a extraordinária, então. Está encerrada a  
1676 reunião, muito obrigado, gente.



1677

1678

1679

1680

1681 **ITEM 5.0: Término (Às 18h13min).**

1682

1683 **O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.**

1684

1685

1686

1687

1688

1689

1690

1691

---

1692 **Maurício Fernandes**

1693 *Presidente*

1694

1695

1696 **Ata aprovada na sessão plenária do dia 21/08/2018, sem retificações.**

1697

1698

---

**Aline Brum de Lima**

*Secretária Executiva*

*Relatora*